

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A maior parte das controladas diretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas a biomassa e de parques eólicos, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.7 a nº 1.9.

1.1. Reestruturação societária da Companhia

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) e CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”), ambas as empresas controladas integralmente pela CPFL Energia S.A., celebraram um acordo de associação para união de seus negócios, ativos e projetos de energia renovável, que inclui parques eólicos, usinas termelétricas movidas a biomassa e PCHs, com a sociedade anteriormente denominada “ERSA - Energias Renováveis S.A.” ou “ERSA” e seus acionistas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o bloco de controle da ERSA, como acionistas majoritárias, dando origem à CPFL Renováveis.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos (CPFL e ERSA) no setor de energias renováveis e, dessa forma, obter ganhos de escala e sinergia pela unificação das atividades, que passaram a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Em 21 de junho de 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967/11, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 4 de julho de 2011, a reestruturação societária que, relativamente às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, está resumida nas seguintes etapas:

Etapa 1

A CPFL Geração segregou ativos e passivos relacionados às PCHs que compunham diretamente o seu patrimônio líquido e os contribuiu ao capital de três Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que por sua vez estavam sob controle direto da CPFL Geração, a saber: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. (“Mohini”); JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda. (“Jayaditya”) e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. (“Chimay”).

Etapa 2

A CPFL Geração e CPFL Brasil, como únicas acionistas da Smita Empreendimentos e Participações S.A. (“SMITA”), realizaram aporte de capital na referida sociedade, a fim de transferir para a SMITA a totalidade de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável, inclusive nas SPEs Mohini, Jayaditya e Chimay, conforme descritos na Etapa 1.

Etapa 3

A CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram suas participações na SMITA para a ERSA, mediante a emissão de novas ações da ERSA. Concomitantemente a essa contribuição, a SMITA foi incorporada pela ERSA. Como resultado desta Etapa, a CPFL Geração e CPFL Brasil passaram a integrar o quadro de acionistas da ERSA.

Em 18 de julho de 2011, a CPFL Geração, CPFL Brasil e SMITA aprovaram as Etapas 1 e 2. Em 22 de agosto de 2011, os Conselhos de Administração da CPFL Geração e CPFL Brasil e, em 24 de agosto de 2011, os acionistas e o Conselho de Administração da ERSA aprovaram a Etapa 3, passando a ERSA a ser denominada CPFL Energias Renováveis S.A., de acordo com os termos e as condições estabelecidos no Protocolo de Incorporação celebrado por ambas as companhias e objeto de Fato Relevante divulgado em 24 de agosto de 2011.

Etapa 4

Com a emissão de novas ações da ERSA, a CPFL Energia S.A. passou a deter indiretamente 54,50% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (43,65%) e CPFL Brasil (10,85%) em agosto de 2011.

Em decorrência da contribuição da SMITA para a ERSA, conforme descrito na Etapa 3, o patrimônio líquido da ERSA sofreu um aumento de R\$1.514.584, o qual reflete o valor justo da SMITA na data da transação, acrescido de um aporte de capital de R\$384.197, realizado pela CPFL Geração e CPFL Brasil em agosto de 2011.

Esse aumento no patrimônio líquido da ERSA foi contabilizado da seguinte forma: (a) R\$923.855 como aumento de capital, o que reflete o valor nominal das ações emitidas pela ERSA; (b) ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$56.973, líquido dos efeitos tributários, que se refere ao custo atribuído ao ativo imobilizado das PCHs da CPFL Geração à época da adoção inicial das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), e que foi transferido à ERSA; e (c) R\$533.756 como ágio na subscrição de ações, o qual reflete a diferença entre o valor nominal contábil e o valor justo dos ativos da SMITA, que foi contribuída à ERSA.

A relação de substituição entre as ações da ERSA e as ações da SMITA foi livremente negociada, acordada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da SMITA e da ERSA. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da ERSA e da SMITA, apurados por suas respectivas Administrações, tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias. Adicionalmente, a relação de substituição foi objeto de revisão e “fairness opinion” preparado por instituição financeira independente e emitido em 23 de agosto de 2011.

A ERSA emitiu 913.475.299 novas ações ordinárias em nome da CPFL Geração e CPFL Brasil, que conferem iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da ERSA anteriormente existentes.

A reestruturação descrita anteriormente resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração, CPFL Brasil e da SMITA, passou a deter o controle da ERSA. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a ERSA tenha emitido ações e, na “forma”, tenha adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,5% das ações ordinárias com poder de voto na ERSA, passando a controlar de fato esta sociedade. Como resultado, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) da ERSA foram avaliados ao seu valor justo (“fair value”) e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas, o qual gerou o registro na ERSA de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R\$1.113.544; (b) estorno do saldo do intangível (“goodwill”) no montante de R\$200.052; (c) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R\$378.607; e (d) outros passivos circulantes no montante de R\$1.129. Isso perfaz o valor de R\$533.756, registrado como “reserva de capital - ágio na subscrição de ações” no patrimônio líquido da Companhia, em agosto de 2011, conforme explicado mais acima nesta nota.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas empresas controladas. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente a medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso do investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, a maioria das controladas são tributadas pelo regime de lucro presumido, no qual a amortização não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, na apuração de ganho de capital.

Uma vez tendo sido concluído o processo de reestruturação societária descrito nesta nota, a ERSA (entidade legal sobrevivente) passou a se denominar CPFL Energias Renováveis S.A.

Conforme previsto no CPC 15 (R1), a contabilização dessa combinação de negócios encontra-se no período de mensuração. Na hipótese de existir algum fator que, na avaliação da Companhia, implique ajustes na operação, esse será realizado retroativamente à data da efetivação da operação.

Os impactos da reestruturação societária descrita nesta nota, tomando-se como base os balanços patrimoniais da SMITA e ERSA levantados em 31 de julho de 2011, e assumindo-se que a reestruturação societária tivesse sido completada naquela data, são como segue:

Controladora

	<u>SMITA</u>	<u>ERSA</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Valor justo dos ativos de ERSA</u>	<u>CPFL Renováveis</u>
Ativo					
Ativo circulante	38.170	484.899	523.069	-	523.069
Ativo não circulante:					
Imobilizado	-	4.516	4.516	-	4.516
Investimento	854.933	438.915	1.293.848	696.199	1.990.047
Intangível - goodwill	-	162.408	162.408	(162.408)	-
Outros	-	196.140	196.140	-	196.140
Total ativo não circulante	<u>854.933</u>	<u>801.979</u>	<u>1.656.912</u>	<u>533.791</u>	<u>2.190.703</u>
Total do ativo	<u>893.103</u>	<u>1.286.878</u>	<u>2.179.981</u>	<u>533.791</u>	<u>2.713.772</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	11.323	12.696	24.019	-	24.019
Passivo não circulante	285.149	4.636	289.785	35	289.820
Patrimônio líquido (*)	<u>596.631</u>	<u>1.269.546</u>	<u>1.866.177</u>	<u>533.756</u>	<u>2.399.933</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>893.103</u>	<u>1.286.878</u>	<u>2.179.981</u>	<u>533.791</u>	<u>2.713.772</u>

Consolidado

	<u>SMITA</u>	<u>ERSA</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Valor justo dos ativos de ERSA</u>	<u>CPFL Renováveis</u>
Ativo					
Ativo circulante	203.575	703.005	906.580	-	906.580
Ativo não circulante:					
Imobilizado	760.260	956.444	1.716.704	-	1.716.704
Intangível - direito de concessão	44.600	32.916	77.516	1.113.544	1.191.060
Intangível - goodwill	-	200.052	200.052	(200.052)	-
Outros	<u>70.830</u>	<u>12</u>	<u>70.842</u>	<u>-</u>	<u>70.842</u>
Total ativo não circulante	<u>875.690</u>	<u>1.189.424</u>	<u>2.065.114</u>	<u>913.492</u>	<u>2.978.606</u>
Total do ativo	<u>1.079.265</u>	<u>1.892.429</u>	<u>2.971.694</u>	<u>913.492</u>	<u>3.885.186</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	82.466	79.205	161.671	1.129	162.800
Passivo não circulante	400.168	543.678	943.846	378.607	1.322.453
Patrimônio líquido (*)	<u>596.631</u>	<u>1.269.546</u>	<u>1.866.177</u>	<u>533.756</u>	<u>2.399.933</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.079.265</u>	<u>1.892.429</u>	<u>2.971.694</u>	<u>913.492</u>	<u>3.885.186</u>

(*) Dos valores aportados no montante de R\$1.514.584, R\$384.197 foi em espécie, integralizado em 24 de agosto de 2011 e R\$1.130.387 contribuídos pelo acervo líquido da SMITA.

1.2. Apresentação das demonstrações financeiras após associação ERSA/CPFL

- a) As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas sob o nome da adquirente legal (CPFL Renováveis), mas seguindo a essência econômica da transação, como uma continuação das demonstrações financeiras da adquirente econômica (SMTA) de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), parágrafo B21.
- 1) Sendo assim, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis de 31 de dezembro de 2011 refletem:
 - Ativos e passivos da adquirente econômica (SMTA) pelos seus valores de livros contábeis (valor contábil) pré-combinação.
 - Ativos e passivos da adquirida econômica (ERSA) mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação.
 - A estrutura de capital apresentada nas demonstrações financeiras da CPFL Renováveis de 31 de dezembro de 2011 reflete o capital social de ERSA antes de reestruturação societária, acrescido dos efeitos de aumento de capital em virtude da emissão de ações e incorporação da SMTA, conforme detalhado anteriormente.
 - 2) Seguindo a essência econômica da transação, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis para os períodos comparativos devem ser as demonstrações financeiras consolidadas da adquirente econômica da transação, ou seja, SMTA. Como a SMTA foi constituída em 3 de janeiro de 2011, esta não tem demonstrações financeiras consolidadas para períodos anteriores, e, consequentemente, não possui informações a serem comparadas.
- b) Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Renováveis de 31 de dezembro de 2011, foi considerado o que prescreve o CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, parágrafo 8, que prevê que a entidade deve transpor, para suas demonstrações financeiras individuais, todos os ajustes para obter o mesmo patrimônio líquido em ambos os balanços patrimoniais, consolidados e individuais. Foi também considerada a interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, parágrafo 68, a qual menciona que as demonstrações financeiras individuais da controladora devem refletir a situação da controladora individual, mas sem perder de vista que elas estão vinculadas ao conceito de entidade econômica como um todo; nesse sentido estão envolvidos os patrimônios da controladora e controlada. Sendo assim:

- 1) As demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Renováveis de 31 de dezembro de 2011 refletem:
 - Ativos e passivos de SMITA pelos seus valores de livro (valor contábil) pré-combinação.
 - Ativos e passivos de ERSA mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação. Consequentemente, o patrimônio líquido de ambos os balanços patrimoniais (controlador e consolidado) reconcilia para o mesmo valor.
- 2) As demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Renováveis para os períodos comparativos refletem as demonstrações financeiras individuais já apresentadas da ERSA (atual CPFL Renováveis) sem nenhuma alteração.

1.3. Aquisição da controlada Jantus SL

Em 7 de abril de 2011, a CPFL Energia, por meio de sua controlada CPFL Comercialização Brasil S.A., celebrou Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade das cotas do capital social da Jantus SL (“Jantus”), empresa sediada na Espanha. Em 21 de setembro de 2011, a CPFL Brasil cedeu o Contrato de Compra e Venda para a CPFL Renováveis. Em 20 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da Jantus, a qual detinha 100% do capital social da SIIF Energies do Brasil Ltda. (“SIIF”) e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. (“SIIF Desenvolvimento”).

Assim sendo, através da aquisição das cotas, concluída em 21 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis adquiriu, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF e da SIIF Desenvolvimento, com um total de quatro parques eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não certificados.

O preço de aquisição das cotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda, compreende (a) o valor de R\$823.336, desembolsados da seguinte forma: (i) R\$468.916 pagos à vista pela compradora aos vendedores; mais (ii) o equivalente em euros à R\$354.420 contribuídos pela compradora ao capital da Jantus para quitação de determinadas obrigações perante terceiros; e (b) a assunção de dívida líquida no valor de R\$675.441. Adicionalmente a Companhia estima um complemento de ajuste de preço no montante de, aproximadamente, R\$16.316.

O Contrato de Compra e Venda de Energia - CT. PROINFA, relativo ao parque eólico localizado no Estado do Rio de Janeiro, com capacidade instalada potencial de 135 MW, denominado Quintanilha Machado, celebrado entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e SIIF Énergies do Brasil Ltda., foi rescindido amigavelmente e sem encargos para as partes, através do Termo de Distrato do Contrato de Compra e Venda de Energia - CT. PROINFA celebrado em 1º de dezembro de 2011. Dessa forma, não houve a necessidade de realizar a reorganização societária na Jantus, nem de efetuar o pagamento do preço de R\$70.000 estabelecido para a aquisição do empreendimento em questão, conforme divulgado no Fato Relevante emitido pela CPFL Energia, em 7 de abril de 2011.

Para implementar a referida transação, a CPFL Brasil realizou aumento e integralização de capital social, no montante de R\$820.803, na CPFL Renováveis, em dezembro de 2011, com a emissão de novas ações; dessa forma, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 63,00% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (35,49%) e CPFL Brasil (27,51%) em dezembro de 2011.

A CPFL Renováveis emitiu 385.268.687 novas ações ordinárias em nome da CPFL Brasil, as quais conferem iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da CPFL Renováveis anteriormente existentes.

1.4. Aquisição da controlada Santa Luzia Energética S.A.

Em 17 de agosto de 2011, a CPFL Renováveis divulgou em Fato Relevante a aquisição da totalidade das cotas representativas de 100% do capital social votante e total da Santa Luzia Energética S.A. (“Santa Luzia”), que possui uma PCH em operação no Estado de Santa Catarina, com potência instalada de 28,5 MW e energia assegurada de 18,4 MW médios. Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia concluiu a aquisição da Santa Luzia, tendo sido a transação liquidada em 4 de janeiro de 2012. A transferência do controle da Santa Luzia para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco do Brasil S.A. Adicionalmente a Companhia estima um complemento de ajuste de preço no montante de, aproximadamente, R\$908.

1.5. Informações adicionais sobre aquisição das controladas Jantus e Santa Luzia

a) Contrapartidas transferidas (pagas)

	Santa Luzia	Santa Luzia
	19.12.11	29.12.11
Contraprestações transferidas em caixa e equivalentes de caixa pelos acionistas compradores:		
Caixa transferido ou a transferir diretamente aos acionistas	468.916	-
Contas a pagar aos acionistas	-	151.534
Caixa transferido diretamente para a Jantus para pagamento de dívida e despesas de responsabilidade dos vendedores	354.420	-
Estimativa de ajuste de preço a ser pago aos vendedores de acordo com cláusula contratual reconhecido como contas a pagar em 31 de dezembro de 2011	16.316	908
Total da contraprestação transferida (paga)	<u>839.652</u>	<u>152.442</u>

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

Para as aquisições da Jantus e Santa Luzia, a totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluído os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado para ágio nestas transações.

A alocação do valor pago foi suportada por laudo de avaliação econômico-financeiro preparado por especialistas contratados pela Administração, e por análises conduzidas pela própria administração.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição, e, portanto constitui imposto de renda e contribuição social deferida relacionada à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização inicial da aquisição da Jantus e Santa Luzia foi provisoriamente apurada em 31 de dezembro de 2011. Na data da conclusão das demonstrações financeiras, as avaliações de mercado necessárias e outros cálculos não tinham sido finalizados e, por consequência, tinham sido apenas provisoriamente apurados com base na melhor estimativa da Administração para esses valores prováveis.

	Santa Jantus <u>19.12.11</u>	Luzia <u>29.12.11</u>
Ativos circulantes:		
Caixa e equivalentes de caixa	6.781	45
Contas a receber de clientes	17.426	3.065
Impostos a recuperar	49.241	-
Despesas antecipadas	1.877	709
Outros créditos	3.653	147
Ativos não circulantes:		
Aplicações financeiras vinculadas	35.743	2.930
Impostos a recuperar	103.725	-
Outros créditos	14.801	-
Imobilizado	715.864	237.307
Intangível	4.403	-
Passivos circulantes:		
Fornecedores	47.425	4.114
Empréstimos, financiamentos e debêntures	80.731	11.413
Obrigações tributárias e trabalhistas	4.427	622
Adiantamentos de clientes	54.047	-
Outros passivos	4.774	1.630

	Santa <u>Jantus</u> 19.12.11	Santa <u>Luzia</u> 29.12.11
--	------------------------------------	-----------------------------------

Passivos não circulantes:

Empréstimos, financiamentos e debêntures	565.158	124.590
Impostos diferidos	15.141	-
Provisões para desmobilização de ativos e compromissos socioambientais	15.770	7.582
Adiantamento de clientes	4.637	-
Ativos líquidos adquiridos	<u>161.404</u>	<u>94.252</u>

c) Determinação dos ativos intangíveis (direito de exploração)

	Santa <u>Jantus</u>	Santa <u>Luzia</u>
Contrapartida transferida (paga)	839.652	152.442
Menos: Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>(161.404)</u>	<u>(94.252)</u>
Valor alocado como direito de exploração	678.248	58.190
Mais: Efeitos tributários	<u>349.400</u>	<u>29.977</u>
Valor alocado como direito de exploração após efeitos tributários	<u>1.027.648</u>	<u>88.167</u>

A diferença entre as contraprestações transferidas (pagas) e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos foi alocada como direito de exploração por este estar vinculado à atividade regulada e suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro preparado por especialistas contratados pela Administração. Esses valores ajustados por efeitos tributários serão amortizados pelo prazo remanescente das autorizações, vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas, sendo o prazo médio estimado em 21 anos para a Jantus e 29 anos para a Santa Luzia

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição.

d) Saída de caixa líquida na aquisição das controladas

	Santa <u>Jantus</u>	Santa <u>Luzia</u>
Contrapartidas pagas em caixa	823.336	-
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(6.781)</u>	<u>(45)</u>
Caixa líquido até 31 de dezembro de 2011.	<u>816.555</u>	<u>(45)</u>

e) Impacto das aquisições das controladas Jantus e Santa Luzia no resultado da CPFL Renováveis

O resultado do exercício inclui R\$24.738 atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela Jantus. As receitas líquidas consolidadas do exercício incluem R\$24.016 referentes a Jantus. No caso da Santa Luzia, por ter sido adquirida em 29 de dezembro de 2011, não gerou impactos no resultado do exercício, na controladora e consolidado.

1.6. Aquisição de controlada (Atlântica) após a data do balanço e antes da aprovação das demonstrações financeiras.

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPEs: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A., (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A., (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A. e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que em conjunto possuem uma potência instalada de 120 MW e tiveram toda sua energia certificada comercializada no leilão de fontes alternativas - LFA realizado em 26 de agosto de 2010.

O contrato de compra e venda de ações está sujeito à aprovação da ANEEL e demais condições inerentes a esse tipo de negociação. O valor final desta transação ainda está indefinido, porém, com expectativa de ser apurado entre R\$150/MW e R\$200/MW conforme avaliação preliminar da Administração. A Companhia não está divulgando nas demonstrações financeiras do exercício em 31 de dezembro de 2011 todas as informações adicionais exigidas pelo CPC 15 (R1), devido a negociação de preço estar sendo finalizada. Outras informações estão mencionadas na nota explicativa nº 29.b.

1.7. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de dezembro 2011, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21
Americana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	30
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	-	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23
Boa Vista II	3	Em andamento (*)	-	-	28
Buritis	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	19
Esmeril	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	5
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	30 anos	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	11,8

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	1,7
Monjolinho	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10
Paiol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20
Penedo	3	Em andamento (*)	-	-	17
Pinhal	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	-	0,8
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	-	16
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	-	0,8
Salto Góes	2	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20
Salto Grande	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,5
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	1
Três Saltos	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	<u>7,5</u>
Total					<u>418,2</u>

(*) Resolução autorizativa em processo de obtenção.

(1) Operação

(2) Construção

(3) Preparação

1.8. Projetos de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

<u>Projetos Eólicos</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Baixa Verde	3	Em andamento (*)	-	-	13,8
Cajueiro	3	Em andamento (*)	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	2	Em andamento (*)	-	-	28,0
Campos dos Ventos II	2	Em andamento (*)	-	-	30,0
Campos dos Ventos III	2	Em andamento (*)	-	-	28,0
Campos dos Ventos V	2	Em andamento (*)	-	-	26,0
Costa Branca	2	Portaria 585/11	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento (*)	-	-	29,9
Curral Velho	3	Em andamento (*)	-	-	122,4
Eurus VI	2	Portaria 749	24/08/2010	30 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento (*)	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento (*)	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Gameleira	3	Em andamento (*)	-	-	18,4
Icarazinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	2	Portaria 556/11	27/09/2011	35 anos	16,1
Macacos	2	Portaria 557/11	27/09/2011	35 anos	20,7

<u>Projetos Eólicos</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa	3	Em andamento (*)	-	-	37,8
Pedra Preta	2	Portaria 564/11	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falésias	3	Em andamento (*)	-	-	37,8
Praia da Atalaia	3	Em andamento (*)	-	-	151,2
Praia de Bitupitá	3	Em andamento (*)	-	-	63,0
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	2	Port.609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	2	Port.683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	2	Port.610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	2	Port.672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	2	Port.838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	2	Port.670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	2	Em andamento (*)	-	-	30,0
Santa Úrsula	2	Em andamento (*)	-	-	28,0
São Benedito	2	Em andamento (*)	-	-	28,0
São Domingos	2	Em andamento (*)	-	-	28,0
Ventos de São Dimas	2	Em andamento (*)	-	-	30,0
Ventos de São Martinho	2	Em andamento (*)	-	-	28,0
Total					<u>1.301,2</u>

(*) Resolução autorizativas em processo de obtenção.

(1) Operação

(2) Construção

(3) Preparação

1.9. Projetos de geração à biomassa

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela da ANEEL para exploração de energia movida a biomassa:

<u>Projetos Biomassa</u> <u>Grupo CPFL Renováveis</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Alvorada	2	em andamento (*)	-	-	50,0
Baía Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	35 anos	45,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	2	em andamento (*)	-	-	50,0
Ipê	2	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Pedra	2	Prt.129	24/02/2011	35 anos	<u>70,0</u>
Total					<u>330,0</u>

(*) Resolução autorizativas em processo de obtenção.

(1) Operação

(2) Construção

(3) Preparação

1.10. Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas, do qual fazem parte, com as respectivas participações no capital votante, Grupo CPFL (63,00%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (8,02%), Secor - LLC (9,24%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (4,99%), DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH (2,48%), GMR Energia S.A. (2,24%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (7,63%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (1,41%), Roberto Sahade (0,33%), Guilherme Sahade (0,33%) e Marcelo Sahade (0,33%).

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas a voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração, participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Sociedade; direito de preferência em relação à aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações; direito de preferência nos aumentos de capital e restrições na transferência de ações, tais como direitos de “tag along” e de preferência.

Além disso, o Acordo de Acionistas prevê que determinados temas relevantes sejam aprovados por quórum qualificado em Assembleias Gerais e Conselho de Administração.

1.11. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos como o ambiente regulatório são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, eólica e hidrelétrica).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM.

A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.5. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.6. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8).
- Impostos diferidos (nota explicativa nº 24).
- Imobilizado (nota explicativa nº 12).
- Intangível (nota explicativa nº 13).
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 19).
- Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 18).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 25).
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.1).

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As demonstrações consolidadas incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas

Empresas	Forma de consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Mohini Empreendimentos	Integral	100%	-
Alto Irani	Integral	100%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Arvoredo	Integral	-	100%	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Paiol	Integral	-	100%
Barra da Paciência	Integral	-	100%	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Alvorada S.A.	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Coopcar S.A.	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	100%	-
Boa Vista 1	Integral	100%	-	Pedra Preta	Integral	100%	-
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Plano Alto	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Pontal das Falésias	Integral	-	100%
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Praia de Atalaia I	Integral	-	100%
Campos dos Ventos II	Integral	100%	-	Praia de Atalaia II	Integral	-	100%
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Praia de Atalaia III	Integral	-	100%
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Praia de Atalaia IV	Integral	-	100%
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	Praia de Atalaia V	Integral	-	100%
Chimay Empreendimentos	Integral	100%	-	Praia de Atalaia VI	Integral	-	100%
Cocais Grande	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Corrente Grande	Integral	-	100%	Santa Clara I	Integral	100%	-
Costa Branca	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
Costa das Dunas	Integral	100%	-	Santa Clara III	Integral	100%	-
CPFL Bio Buriti	Integral	100%	-	Santa Clara IV	Integral	100%	-

<u>Empresas</u>	<u>Forma de consolidação</u>	<u>Participação - %</u>		<u>Empresas</u>	<u>Forma de consolidação</u>	<u>Participação - %</u>	
		<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>			<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
CPFL Bio Formosa	Integral	100%	-	Santa Clara V	Integral	100%	-
CPFL Bio Ipe	Integral	100%	-	Santa Clara VI	Integral	100%	-
CPFL Bio Pedra	Integral	100%	-	Santa Cruz	Integral	100%	-
CPFL Bioenergia	Integral	100%	-	Santa Luzia	Integral	-	100%
CPFL SUL Centrais Elétricas	Integral	100%	-	Santa Mônica	Integral	100%	-
Curral Velho	Integral	-	100%	Santa Ursula	Integral	100%	-
Eólica Formosa	Integral	-	100%	São Benedito	Integral	100%	-
Eólica Holding S.A.	Integral	100%	-	São Domingos	Integral	100%	-
Eólica Icarazinho	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	SIIIF Cinco	Integral	-	100%
Eólica Quintanilha Machado	Integral	-	100%	SIIIF Desenvolvimento	Integral	-	100%
Eurus V	Integral	100%	-	SIIIF Energies	Integral	-	100%
Eurus VI	Integral	100%	-	Tombo	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Turbina 14	Integral	100%	-
Figueira Branca	Integral	100%	-	Turbina 15	Integral	100%	-
Gameleira	Integral	100%	-	Varginha	Integral	-	100%
Jantus SL	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Jayaditya Empreendimentos	Integral	100%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Juremas	Integral	100%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-
Macacos	Integral	100%	-				

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- As transações da antiga ERSA (balanço patrimonial e resultado) foram contempladas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir de 01 de agosto de 2011.
- As transações da Jantus foram contempladas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir de 01 de dezembro de 2011 (balanço patrimonial).
- As transações da PCH Santa Luzia foram contempladas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir de 29 de dezembro de 2011 (balanço patrimonial e resultado).
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuírem obrigações adicionais na situação que as controladas têm passivo a descoberto, a Companhia limita o registro da participação de acionistas não controladores a zero, e constitui provisões para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição ou de aquisição reversa. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

A transação com o Grupo CPFL, ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e descrita na nota explicativa nº 1 a essas demonstrações financeiras, foi caracterizada como aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessa transação, está detalhada nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.

As transações relacionadas à aquisição da Jantus e Santa Luzia, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram caracterizadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessa transação, está detalhada nas notas explicativas nº 1.3 a nº 1.5.

Apresentamos a seguir a composição do resultado em 31 de dezembro de 2011 na controladora e no consolidado decorrente dos impactos na contabilização da aquisição reversa:

Demonstração de resultado:	<u>Controladora</u>
	<u>31/12/2011</u>

Lucro da antiga ERSA - (01.01.2011 a 31.07.2011)	2.738
Lucro líquido das operações após reestruturação societária (01.08.2011 a 31.12.2011)	<u>65.380</u>
Total	<u>68.118</u>

Demonstração de resultado:	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2011</u>

Lucro líquido da SMITA - (01.01.2011 a 31.07.2011)	5.394
Lucro líquido após reestruturação societária	<u>65.543</u>
Total	<u>70.937</u>

4.2. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- a) Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras; e (ii) títulos e valores mobiliários.

- b) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: (i) contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias; e (ii) outros créditos.

- Passivos financeiros:

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- a) Outros passivos financeiros: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação mencionada. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) encargos de dívidas; e (iv) outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

4.3. Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

4.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou custo atribuído, custo de construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (restituição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente restituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapassem o prazo da concessão/autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

4.5. Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como ágios e direito de exploração de concessões, software e servidão.

O ágio (“goodwill”) resultante da aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, não estão sujeitos a amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício referente à aquisição.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio é incluído no valor contábil dos investimentos, sendo apresentado como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de autorização é fundamentado pelo argumento a seguir:

Adquiridos através de combinações de negócios: A parcela do ágio oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentada como ativo intangível. Esses valores são amortizados com base no prazo remanescente da autorização.

4.6. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

4.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

4.8. Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Controladora e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a empresa, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

4.10. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

4.11. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- a) Normas, interpretações e alterações de normas em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis que não trouxeram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IAS 24 - Divulgação sobre Partes relacionadas	IAS 24 modificou dois aspectos: (a) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e (b) alterou a definição de parte relacionada. A adoção da definição revisada de parte relacionada de acordo com a IAS 24 (revisada em 2009) no exercício corrente permite a identificação de partes relacionadas não identificadas como tal de acordo com a norma anterior. Especificamente, as coligadas da holding da Companhia são classificadas como partes relacionadas do Grupo de acordo com a norma revisada. As divulgações de partes relacionadas da Companhia já contemplam essas alterações uma vez que já consideram o CPC 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas às demonstrações financeiras.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRIC 14 - Limite de ativo de benefício definido	As alterações são aplicáveis quando uma entidade está sujeita às exigências de financiamento mínimo e realiza um pagamento antecipado de contribuições para cobrir essas exigências, permitindo que o benefício de tal pagamento antecipado seja reconhecido como um ativo.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

Em relação as práticas contábeis adotadas no Brasil, durante o exercício de 2011, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no compromisso de emitir os pronunciamentos, as orientações e as interpretações à medida que as novas normas internacionais são emitidas e revisadas, revisou as seguintes normas com vigência aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para a Divulgação da Informação Contábil.
- CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.
- CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture).
- CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.
- CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.
- CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.
- CPC 35 (R1) - Demonstrações Separadas.
- CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas.
- ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Os pronunciamentos e interpretação acima contemplam tanto alterações feitas pelo IASB após a aprovação do último documento, tomando-se por base o volume das IFRSs de 2011, quanto certas compatibilizações de texto visando não deixar dúvidas que os CPCs produzem os mesmos reflexos contábeis que a aplicação das IFRSs. As revisões não alteram a essência do pronunciamento original, não provocando valores contábeis diferentes dos anteriormente apurados. Em relação ao CPC 19 (R1), além de alterações de compatibilizações de texto, a versão revisada permite o reconhecimento de investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint venture) pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas. Na versão anterior, originalmente aprovada pelo CPC, essa opção que existe nas IFRSs emitidas pelo IASB foi eliminada, pois a prática contábil brasileira previa apenas o procedimento de consolidação proporcional para esse caso.

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas, mas não são obrigatórias para este exercício e não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Esclarece outras questões referentes ao IAS 39. A IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída na IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações contábeis da Companhia.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação	Aumento nas exigências de divulgações das transações envolvendo ativos financeiros, visando transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas ainda existe algum risco de exposição retido na Companhia. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período. A Administração não espera impactos relevantes das demonstrações financeiras.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
IAS 12 - Tributos sobre o lucro	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40. As modificações à IAS 12 apresentam uma exceção aos princípios gerais da IAS 12 no sentido de que a mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos devem refletir os efeitos fiscais resultantes da maneira na qual a entidade espera recuperar o valor contábil de um ativo. Especificamente, de acordo com as modificações, espera-se que as propriedades para investimento mensuradas com base no modelo de valor justo de acordo com a IAS 40 Propriedade para Investimento sejam recuperadas através de venda para fins de mensuração dos impostos diferidos, a menos que a premissa seja invalidada em determinadas circunstâncias. A Administração da Companhia ainda não efetuou uma análise detalhada do impacto da aplicação dessas Normas. Por conseguinte, ainda não quantificaram o alcance do impacto.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de “Influência Significativa”, exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes por impairment para coligadas e coligadas em conjunto.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 - Demonstrações Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações da Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações da Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 - Contratos Compartilhados	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações da Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgações qualitativas que devem ser realizadas pela entidade em relação às participações em controladas, em acordos em conjunto ou entidades não consolidadas, que incluem julgamentos e premissas significativas para determinar se suas participações exercem controle, influência significativa ou a classificação dos acordos em conjunto entre “joint operations” e “joint ventures”, bem como outras informações sobre a natureza e extensão de restrições significativas e riscos associados. A administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações financeiras consolidadas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações financeiras consolidadas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. A Administração da Companhia ainda não efetuou uma análise detalhada do impacto da aplicação dessas Normas. Por conseguinte, ainda não quantificaram o alcance do impacto.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma. A administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações financeiras consolidadas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRIC 20 - Custos de produção sobre Mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações da Companhia.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante			
Saldos de caixa e bancos	2.434	842	19.751
Aplicações financeiras			
Certificado de depósitos bancários	-	151.550	191.733
Operações compromissadas com debêntures	<u>209.298</u>	<u>47.781</u>	<u>440.089</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>211.732</u>	<u>200.173</u>	<u>651.573</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº25.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDBs, debêntures compromissadas e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de 99,89% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI na data do balanço.

6. APLICAÇÃO FINANCEIRA VINCULADA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Controladora <u>31/12/2010</u>
CPFL Renováveis	Bradesco	CDB	ago/2012	CDI	99,50%	870
CPFL Renováveis	Bradesco	CDB	out/2012	CDI	99,50%	1.231
CPFL Renováveis (b)	CEF	Caução	Indefinido	TR	TR	<u>60</u>
						<u>2.161</u>

	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Consolidado <u>31/12/2011</u>
Arvoredo (a)	Bradesco	(FI) Target	Indefinido	Diversos	1.772
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FI) Target	Indefinido	Diversos	2.717
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FI) Target	Indefinido	Diversos	1.362
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FI) Target	Indefinido	Diversos	2.005
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FI) Target	Indefinido	Diversos	1.345
Varginha (a)	Bradesco	(FI) Target	Indefinido	Diversos	1.713
Várzea Alegre (a)	Bradesco	(FI) Target	Indefinido	Diversos	1.021
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FI) Target	Indefinido	Diversos	1.675
PCH Holding (a)	Bradesco	(FI) Target	Indefinido	Diversos	16.350
Paiol Energia (a)	Bradesco	(FI) Target	Indefinido	Diversos	3.098
Penedo Energia (b)	CEF	Caução	Indefinido	TR	9
Jantus (c)	BNB	Fundo	Indefinido	Diversos	36.059
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo	Indefinido	Diversos	<u>2.930</u>
					<u>72.056</u>

(*) Remuneração média de 2011, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

(a) Referem-se a contas reservas constituídas nas SPEs. De acordo com o contrato com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três meses de serviço de dívida.

- (b) Referem-se a garantias contratuais constituídas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998.
- (c) Referem-se a contas reservas constituídas nas SPEs das empresas controladas pela Jantus, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas.
- (d) Referem-se a contas de reservas constituídas na SPE Santa Luzia de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que deve corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais; portanto, são classificados como mantidos até o vencimento e, consequentemente, avaliados pelo custo, acrescido dos rendimentos.

6.1. Títulos e valores mobiliários

A controlada indireta SIIF investiu em títulos e valores mobiliários com o BNB no montante de R\$1.853, remunerado pela TR, referente à títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 referem-se às seguintes modalidades de contratos de fornecimento de energia:

	Controladora	Consolidado
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante		
Concessionárias e permissionárias	<u>292</u>	<u>508</u>
Total	<u>292</u>	<u>508</u>
	<u>74.432</u>	<u>74.432</u>

Composição por vencimento das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
	<u>A vencer</u>	<u>Total</u>
0 - 15 dias	292	1.436
16 - 30 dias	-	46.706
31 - 45 dias	-	25.698
46 - 60 dias	<u>-</u>	<u>592</u>
	<u>292</u>	<u>74.432</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 35 dias da data do faturamento.

A Administração da Companhia e de suas controladas, considerando que não há valores vencidos e que os saldos em aberto são com agentes do setor elétrico e com grandes consumidores livres com baixo risco de crédito, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os saldos em aberto no contas a receber, no consolidado, incluem adicionalmente:

- a) R\$6.267 referem-se às SPEs Alto Irani Energia, Plano Alto Energia e Cocais Grande Energia, que possuem contratos assinados com a Eletrobrás para fornecimento de energia por 20 anos a partir do início das operações, atualizados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- b) R\$2.195 referem-se às SPEs Arvoredo Energia e Varginha Energia, que venderam energia no 1º Leilão de Fontes Alternativas, em setembro de 2007, para 17 concessionárias de distribuição nas Regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste para fornecimento de energia por um período de 30 anos. Os contratos são corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- c) R\$7.308 referem-se às SPEs Paoil Energia, São Gonçalo Energia, Ninho da Águia Energia, Barra da Paciência Energia, Corrente Grande Energia e Várzea Alegre Energia, que mantêm contratos de venda de energia com consumidores no Ambiente de Contratação Livre - ACL, firmados em julho de 2007, com suprimento de 2010 até 2024.
- d) R\$33.554 referem-se à energia produzida pelas PCHs originárias da CPFL Brasil e CPFL Geração e pela Bio Energia, Bio Formosa e Bio Buriti, que é comercializada com a CPFL Paulista e CPFL Brasil.
- e) R\$3.065 referem-se à SPE Santa Luzia, que mantém contratos de energia com consumidores no Ambiente de Contratação Livre - ACL e com clientes no Ambiente de Contratação Regulada - ACR.
- f) R\$21.751 referem-se às SPEs da controlada Jantus, que possuem contratos assinados com a Eletrobrás para fornecimento de energia por 20 anos a partir do início das operações, atualizados anualmente pelo IGP-M.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010	Consolidado 31/12/2011
Impostos de renda e contribuição social a compensar	492	2.400	5.936
Imposto de renda na fonte - IRRF	8.902	2.736	29.033
COFINS	-	-	47.876
PIS	-	-	10.410
Outros	<u>538</u>	<u>12</u>	<u>1.539</u>
	<u>9.932</u>	<u>5.148</u>	<u>94.794</u>
Ativo circulante	9.932	5.148	47.375
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.419</u>
Total	<u>9.932</u>	<u>5.148</u>	<u>94.794</u>

O saldo da rubrica “Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, foi gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas e não depende de decisões judiciais nem administrativas para sua realização.

Os saldos das rubricas “PIS” e “COFINS” a recuperar referem-se, basicamente, a créditos apurados na aquisição bens para o ativo imobilizado nas controladas indiretas da Jantus. Os créditos referentes à aquisição desses bens, notadamente máquinas e equipamentos utilizados na geração de energia elétrica, serão compensados na base de 1/48 avos do valor do crédito.

9. OUTROS CRÉDITOS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Não circulante</u>		
Créditos a receber - consórcios (a)	-	36.634
Reembolso RGR (b)	-	1.909
Contratos de pré-compra de energia (c)	-	34.867
Ativos por indenização (d)	-	13.950
Outros créditos a receber	<u>2.271</u>	<u>2.671</u>
Total	<u>2.271</u>	<u>90.031</u>

- (a) O montante de R\$36.634 é relativo ao direito de a controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin-Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível.
- (b) Valores referentes à Reserva Global de Reversão - RGR que serão compensadas pelas controladas Chimay, Mohini e Jayaditya.
- (c) O montante de R\$34.867 refere-se à aquisição da parcela de energia excedente para entrega futura negociada entre CPFL Bioenergia S.A. e Baldin-Bioenergia S.A.
- (d) A Companhia reconheceu R\$13.950 a título de indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus. Esse valor tem como contrapartida provisão para contingências (nota explicativa nº19).

10. PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo circulante-						
Saldo bancário e aplicações financeiras (a):						
Banco Bradesco	16.428	2.688	-	-	888	-
Banco BTG Pactual	<u>-</u>	<u>5.135</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.391</u>	<u>-</u>
	<u>16.428</u>	<u>7.823</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.279</u>	<u>-</u>

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Ativo não circulante-						
Adiantamento para futuro aumento de capital -						
AFAC (b):						
Alto Irani	1.541	1.540	-	-	-	-
Baixa Verde	-	59	-	-	-	-
Bio Alvorada	3.370	-	-	-	-	-
Bio Coopanca	3.492	-	-	-	-	-
Boa Vista 1	5	866	-	-	-	-
Boa Vista 2	95	2.341	-	-	-	-
Cachoeira Grande	-	67	-	-	-	-
Cajueiro	-	59	-	-	-	-
Chimay Empreendimentos	9.684	-	-	-	-	-
Costa Branca	-	92	-	-	-	-
Costa das Dunas	-	126	-	-	-	-
Eólica Holding	1	-	-	-	-	-
Farol de Touros	-	98	-	-	-	-
Figueira Branca	-	80	-	-	-	-
Juremas	-	100	-	-	-	-
Macacos	-	555	-	-	-	-
Navegantes	10	65	-	-	-	-
PCH Holding	156.652	140.217	-	-	-	-
PCH Participações	-	206	-	-	-	-
Pedra Preta	-	113	-	-	-	-
Penedo	60	1.700	-	-	-	-
Plano Alto	-	3.362	-	-	-	-
Salto Góes	18.196	-	-	-	-	-
Santa Cruz	-	1.136	-	-	-	-
Santa Monica	2	-	-	-	-	-
Santa Ursula	15	-	-	-	-	-
Santo Dimas	2	-	-	-	-	-
São Benedito	2	-	-	-	-	-
São Domingos	10	-	-	-	-	-
São Martinho	10	-	-	-	-	-
Tombo	5	1.048	-	-	-	-
Turbina 14	1	-	-	-	-	-
	<u>193.153</u>	<u>153.830</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valores a receber à empresas ligadas	<u>1.075</u>	<u>913</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Crédito com empresas ligadas (c)	<u>1.075</u>	<u>913</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total - não circulante	<u>194.228</u>	<u>154.743</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo circulante e não circulante:						
Empréstimo e financiamentos e debêntures	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.061</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Banco Bradesco	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.061</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valores a pagar à empresas ligadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.635</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.635</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações	—	—	826	—	—	—
	—	—	826	—	—	—
Resultado-						
Venda de energia - Mercado livre-	—	—	—	—	1.422	—
CPFL Brasil	—	—	—	—	1.422	—
Despesas operacionais:						
Consultoria Banco Pátria	—	—	—	—	3.750	7.501
Pagamento baseado em ações	—	—	—	—	315	511
	—	—	—	—	4.065	8.012
	Consolidado					
	Ativo	Passivo	Resultado			
	2011	2011	2011	2011		
Ativo circulante-						
Saldo bancário e aplicações financeiras (a):						
Banco Bradesco	222.291	—	—	—	8.193	—
Banco BTG Pactual	—	—	—	—	2.793	—
	222.291	—	—	—	10.986	—
Valores a receber à empresas ligadas:						
BTG Pactual	—	—	—	—	—	—
CPFL Brasil	829	—	—	—	—	—
CPFL Paulista	12.043	—	—	—	—	—
CPFL Piratininga	333	—	—	—	—	—
RGE Rio Grande Energia	7	—	—	—	—	—
Total do ativo circulante	13.212	—	—	—	—	—
Patrimônio líquido-						
Pagamento baseado em ações	—	826	—	—	—	—
	—	826	—	—	—	—
Resultado-						
Venda de energia - Mercado livre:						
BTG Pactual	—	—	—	—	561	—
CPFL Brasil	—	—	—	—	6.756	—
	—	—	—	—	7.317	—
Compra de energia - Mercado livre:						
CPFL Brasil	—	—	—	—	1.827	—
CPFL Paulista Lajeado	—	—	—	—	52	—
RGE Rio Grande Energia	—	—	—	—	13	—
	—	—	—	—	1.892	—
Despesas operacionais:						
Consultoria Banco Pátria	—	3.750	—	—	7.501	—
Pagamento baseado em ações	—	—	—	—	315	—
	—	3.750	—	—	7.816	—

- (a) Saldo referente a aportes de capital a título de adiantamentos para futuro aumento de capital das controladas. A Companhia fará a capitalização desses valores na primeira Assembleia Geral Extraordinária - AGE ou Reunião de Sócios de cada empresa a ser realizada no exercício de 2012.
- (b) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação e manutenção. Em 2010, parte do pessoal da CPFL Renováveis passou a ser alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor passou a ser cobrado das controladas por meio de rateio de despesas.

10.1. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.940 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.792 opções de compra de ações. Em 01 de março de 2011 foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O “vesting” das opções ocorrerá em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções somente poderão ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: a) oferta pública inicial (“IPO”) (primária ou secundária) para ações ordinárias; b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO.

<u>Séries de opções</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Data de outorga</u>	<u>Duração da opção (em anos)</u>	<u>Preço de exercício R\$</u>	<u>Valor justo na data da outorga R\$</u>
Programa de 2009					
1 ^a Tranche	278.735	29/10/2009	10	1,62	0,36
2 ^a Tranche	278.735	29/10/2009	10	1,66	0,31
3 ^a Tranche	278.735	29/10/2009	10	1,69	0,25
4 ^a Tranche	<u>278.735</u>	29/10/2009	10	1,73	0,27
	1.114.940				
Programa de 2010					
1 ^a Tranche	305.198	09/03/2010	10	2,39	0,57
2 ^a Tranche	305.198	09/03/2010	10	2,45	0,60
3 ^a Tranche	305.198	09/03/2010	10	2,50	0,55
4 ^a Tranche	<u>305.198</u>	09/03/2010	10	2,56	0,58
	1.220.792				
Programa de 2011					
1 ^a Tranche	587.500	01/03/2011	10	2,56	0,39
2 ^a Tranche	587.500	01/03/2011	10	2,62	0,41
3 ^a Tranche	587.500	01/03/2011	10	2,67	0,37
4 ^a Tranche	<u>587.500</u>	01/03/2011	10	2,73	0,39
	2.350.000				

Valor justo das opções de compra de ações outorgadas durante o exercício

A Companhia especificou as opções com o modelo de especificação de opções *Black-Scholes*. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais.

Em 2011, foram provisionados R\$315 na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

Dados utilizados no modelo para especificação das opções:

	Plano 2011			
	1 ^a . Tranche	2 ^a . Tranche	3 ^a . Tranche	4 ^a . Tranche
Preço da ação na data de outorga	1,84	1,84	1,84	1,84
Preço de exercício	2,56	2,62	2,67	2,73
Volatilidade esperada (a)	37,31%	37,31%	37,31%	37,31%
Dividendos	0,56	0,56	0,68	0,68
Duração da opção (b)	5,5	6	6,5	7
Taxa de juros livre de risco (c)	10,54%	10,39%	10,39%	10,28%

- (a) Representa a volatilidade média do histórico de três anos das empresas do mesmo setor.
- (b) Considerou-se que a opção será exercida na metade do período em que as opções exercíveis podem ser exercidas pelos participantes
- (c) Baseada nas previsões do Banco Central para a Selic na data da outorga.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto no início e fim do exercício:

	2011		2010	
	Quantidade opção	Preço ponderado de exercício	Quantidade opção	Preço ponderado de exercício
Saldo no início do exercício	976.438	1,93	486.831	1,64
Concedidas durante o exercício	2.350.000	2,65	1.220.792	2,48
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício	(1.327.618)	2,44	(731.185)	2,18
Saldo no final do exercício	<u>1.998.820</u>	<u>2,22</u>	<u>976.438</u>	<u>1,93</u>

Durante o exercício de 2011 e de 2010 nenhuma opção foi exercida.

As opções em aberto no fim do exercício possuíam preço de exercício de R\$2,22 (R\$1,93 em 2010) e período de duração contratual médio ponderado restante de 2.976 dias (3.107 dias em 2010).

10.2. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$6.045 (R\$3.692 em 2010), como segue:

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.359	2.021
Encargos sociais e benefícios	941	517
Remuneração variável	<u>1.745</u>	<u>1.154</u>
	<u>6.045</u>	<u>3.692</u>

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	2.041.021	359.868
Direito de exploração de atividade de geração - autorização	<u>91.299</u>	<u>163.180</u>
Total	<u>2.132.320</u>	<u>523.048</u>

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital - % 31/12/2011	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
					31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Alto Irani	2.099	100%	137.180	10.528	137.180	15.864	10.528	7.950
Baixa Verde	6.583	95%	8.088	257	8.088	(29)	257	(12)
Boa Vista 1	870	100%	777	(3)	777	(89)	(3)	(8)
Boa Vista 2	2.730	100%	51.456	(16)	51.456	(129)	(16)	(30)
Bio Alvorada	2.494	100%	2.236	(258)	2.236	-	(258)	-
Bio Coopcana	2.185	100%	2.118	(66)	2.118	-	(66)	-
Cachoeira Grande	7.632	100%	9.231	54	9.231	6.960	54	(35)
Cajueiro	13.207	95%	16.473	473	16.473	(30)	473	(12)
Campos dos Ventos I, III, IV, V e EURUS V	65.247	100%	71.699	2.247	71.699	-	2.247	-
Campos dos Ventos II	13.049	100%	14.144	394	14.144	-	394	-
Chimay								
Empreendimentos	75.854	100%	124.237	15.133	124.237	-	15.133	-
Costa Branca	15.333	100%	47.163	15	47.163	9.608	15	(50)
Costa das Dunas	15.123	90%	17.886	843	17.886	(45)	843	(28)
CPFL Bio Buriti	132.297	100%	131.268	(934)	131.268	-	(934)	-
CPFL Bio Formosa	119.000	100%	130.757	11.952	130.757	-	11.952	-
CPFL Bio Ipe	25.340	100%	25.597	(5)	25.597	-	(5)	-
CPFL Bio Pedra	140.030	100%	140.149	(24)	140.149	-	(24)	-
CPFL Bio Energia	46.288	100%	56.576	(75)	56.576	-	(75)	-
CPFL Sul Centrais Elétricas	14.183	100%	18.238	962	18.238	-	962	-
Eólica Holding	5	100%	-	(5)	-	-	(5)	-
Eurus VI	6.536	100%	6.731	8	6.731	-	8	-
Farol de Touros	11.671	90%	13.574	419	13.574	(25)	419	(9)
Figueira Branca	6.447	100%	8.273	269	8.273	(50)	269	(10)
Gameleira	8.855	100%	11.295	648	11.295	472	648	(35)
Jantus SL	334.401	100%	186.143	24.739	186.143	-	24.739	-
Jayaditya								
Empreendimentos	17.691	100%	43.715	7.710	43.715	-	7.710	-
Juremas	14.816	95%	40.766	(133)	40.766	7.582	(133)	(42)
Macacos	16.223	100%	50.033	(340)	50.033	10.056	(340)	(110)
Mohini								
Empreendimentos	59.933	100%	85.094	15.293	85.094	-	15.293	-
Navegantes	194	95%	149	(3)	149	(31)	(3)	(12)
PCH Holding	279.316	100%	524.610	28.134	524.610	(269.329)	28.134	2.242
PCH Holding 2	1	100%	1	1	1	-	1	-
PCH Participações	1.101	100%	1	(4)	1	(203)	(4)	(1.012)
Pedra Preta	15.362	100%	49.611	(129)	49.611	9.603	(129)	(60)
Penedo	1.868	100%	25.976	(6)	25.976	(94)	(6)	(23)
Plano Alto	1.527	100%	100.976	6.282	100.976	10.714	6.282	5.827
Salto Góes	50.793	100%	85.921	(1.182)	85.921	14.749	(1.182)	(131)
Santa Clara I	107.417	100%	108.677	402	108.677	-	402	-
Santa Clara II	100.560	100%	102.196	705	102.196	-	705	-
Santa Clara III	69.993	100%	71.066	223	71.066	-	223	-
Santa Clara IV	46.159	100%	47.371	271	47.371	-	271	-
Santa Clata V	43.714	100%	44.846	270	44.846	-	270	-
Santa Clara VI	26.161	100%	27.049	121	27.049	-	121	-
Santa Cruz	6.707	100%	7.081	12	7.081	4.932	12	(25)
Santa Mônica	11.101	100%	11.402	301	11.402	-	301	-
Santa Ursula	11.101	100%	11.403	302	11.403	-	302	-
São Benedito	11.101	100%	11.381	280	11.381	-	280	-
São Domingos	11.101	100%	11.394	293	11.394	-	293	-
Tombo	1.211	100%	18.522	(21)	18.522	(61)	(21)	(93)
Turbina 14	4	100%	-	(4)	-	-	(4)	-
Turbina 15	4	100%	(1)	(3)	(1)	-	(3)	-
Ventos de Santo Dimas	11.101	100%	11.335	234	11.335	-	234	-
Ventos de São Martinho	11.101	100%	11.372	271	11.372	-	271	-

<u>Controladas indiretas</u>	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital - % 31/12/2011	Patrimônio líquido 31/12/2011	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
					31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Aiuruoca	21.303	100%	13.397	(148)	13.397	13.221	(148)	(985)
Arvoredo	45.910	100%	49.714	4.660	49.714	46.079	4.660	801
Barra da Paciência	31.096	100%	37.655	7.979	37.655	21.535	7.979	(849)
Cocais Grande	15.290	100%	15.389	1.339	15.389	14.374	1.339	379
Corrente Grande	27.337	100%	30.517	4.414	30.517	24.504	4.414	(778)
Curral Velho	-	100%	-	-	-	-	-	-
Eólica Formosa	92.900	100%	57.266	(35.634)	57.266	-	(35.634)	-
Eólica Icarazinho	57.930	100%	51.939	(6.830)	51.939	-	(6.830)	-
Eólica Paracuru	22.230	100%	24.433	1.866	24.433	-	1.866	-
Eólica Quintanilha	-	100%	-	-	-	-	-	-
Machado	-	100%	-	-	-	-	-	-
Ninho da Águia	33.805	100%	34.987	3.160	34.987	32.491	3.160	(904)
Paiol	27.381	100%	33.424	7.930	33.424	28.985	7.930	2.916
Pontal das Fálesias	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia I	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia II	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia III	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia IV	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia V	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia VI	-	100%	-	-	-	-	-	-
Santa Luzia	89.051	100%	94.252	-	94.252	-	-	-
São Gonçalo	28.676	100%	31.165	3.831	31.165	29.604	3.831	1.538
SIIF Cinco	24.030	100%	14.737	(9.293)	14.737	-	(9.293)	-
SIIF Desenvolvimento	1.958	100%	(25.283)	(27.241)	(25.283)	-	(27.241)	-
SIIF Energies	675.190	100%	328.818	(346.372)	328.818	-	(346.372)	-
Varginha	20.587	100%	22.090	2.693	22.090	19.910	2.693	(147)
Várzea Alegre	24.580	100%	24.666	1.060	24.666	23.606	1.060	(660)

(*) Empresas coligadas da SIIF Desenvolvimento

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011-controladora:

No ano de 2010:

<u>Empresas</u>	31/12/2009		31/12/2010		
	Saldo inicial dos investimentos	Aumento/ (reduções) de capital	Incorporação	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final dos investimentos
<u>Controladas diretas</u>					
Ersa Comercializadora de Energia Ltda.	-	2.205	(2.522)	317	-
ERSA Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.	(2.433)	10.804	450	(8.821)	-
PCH Holding S.A.	271.571	-	-	(2.242)	269.329
SPE Alto Irani	7.914	-	-	7.950	15.864
SPE Cachoeira Grande	6.161	833	-	(36)	6.958
SPE Costa Branca.	(25)	9.683	-	(50)	9.608
SPE Gameleira.	400	106	-	(38)	468
SPE Juremas	(26)	7.650	-	(42)	7.582
SPE Macacos	(65)	10.231	-	(110)	10.056
SPE Pedra Preta	(30)	9.693	-	(60)	9.603
SPE Plano Alto.	4.883	-	-	5.827	10.710
SPE Salto Góes	8.079	6.808	-	(131)	14.756
SPE Santa Cruz	4.952	6	-	(24)	4.934
SPE Baixa Verde	(17)	-	-	(12)	(29)
SPE Boa Vista 1	(81)	-	-	(8)	(89)
SPE Boa Vista 2	(99)	-	-	(30)	(129)
SPE Cajueiro	(18)	-	-	(12)	(30)
SPE Costa das Dunas	(17)	-	-	(28)	(45)

<u>Empresas</u>	31/12/2009		31/12/2010		<u>Saldo final dos investimentos</u>
	<u>Saldo inicial dos investimentos</u>	<u>Aumento/ (reduções) de capital</u>	<u>Incorporação</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	
SPE Farol de Touros	(16)	-	-	(9)	(25)
SPE Figueira Branca	(40)	-	-	(10)	(50)
SPE Navegantes	(19)	-	-	(12)	(31)
SPE Paraítinga.	810	-	-	(1.012)	(202)
SPE Penedo	(71)	-	-	(21)	(92)
SPE Tombo	32	-	-	(95)	(63)
Total dos investimentos	<u>301.845</u>	<u>58.017</u>	<u>(2.072)</u>	<u>1.293</u>	<u>359.083</u>
Provisão para perdas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>785</u>
Total dos investimentos - líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>359.868</u></u>

No ano de 2011:

	31/12/2010		31/12/2011			
	<u>Saldo inicial dos investimentos</u>	<u>Aumento/ (reduções) de capital</u>	<u>Capitalização de juros</u>	<u>Reestruturação societária</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo final dos investimentos</u>
Alto Irani	15.864	(2.080)	-	-	10.529	24.313
Baixa Verde	(29)	6.251	-	-	245	6.467
Bio Alvorada	-	2.493	-	-	(258)	2.235
Bio Coopcana	1	2.183	-	-	(66)	2.118
Boa Vista 1	(89)	868	-	-	(3)	776
Boa Vista 2	(129)	2.728	-	-	(16)	2.583
Cachoeira Grande	6.958	467	-	-	54	7.479
Cajueiro	(30)	12.548	-	-	450	12.968
Campos dos Ventos I, III, IV, V e EURUS V	-	-	-	69.452	2.247	71.699
Campos dos Ventos II	-	-	-	13.750	394	14.144
Chimay Empreendimentos	-	-	-	109.104	15.133	124.237
Costa Branca	9.608	4.882	-	-	15	14.505
Costa das Dunas	(45)	13.610	-	-	758	14.323
CPFL Bio Buriti	-	10.911	-	121.291	(934)	131.268
CPFL Bio Formosa	-	-	-	118.805	11.557	130.362
CPFL Bio Ipe	-	10.250	409	15.352	(5)	26.006
CPFL Bio Pedra	-	54.511	1.885	85.662	(24)	142.034
CPFL Bioenergia	-	-	-	56.651	185	56.836
CPFL Sul Centrais Elétricas	-	-	-	17.275	963	18.238
Eólica Holding	-	5	-	-	(5)	-
Eurus VI	-	2.561	80	4.162	8	6.811
Farol de Touros	(25)	10.507	-	-	376	10.858
Figueira Branca	(50)	6.446	-	-	269	6.665
Gameleira	468	8.035	-	-	648	9.151
Jayaditya Empreendimentos	-	-	-	36.005	7.710	43.715
Jantus SL	-	161.404	-	-	24.738	186.142
Juremas	7.582	6.424	-	-	(127)	13.879
Macacos	10.056	5.087	-	-	(340)	14.803
Mohini Empreendimentos	-	-	-	69.801	15.293	85.094
Navegantes	(31)	183	-	-	(3)	149
PCH Participações	(203)	207	-	-	(4)	-
PCH Holding	269.329	-	-	-	28.134	297.463
PCH Holding 2	-	-	-	-	(0)	-
Pedra Preta	9.603	4.900	-	-	(129)	14.374
Penedo	(92)	1.864	-	-	(6)	1.766
Plano Alto	10.710	-	-	-	6.282	16.992
Salto Góes	14.756	35.756	-	-	(1.182)	49.330
Santa Clara I	-	93.168	1.069	16.708	402	111.347
Santa Clara II	-	84.710	972	16.781	705	103.168
Santa Clara III	-	54.142	769	16.700	223	71.834
Santa Clara IV	-	30.309	612	16.791	271	47.983
Santa Clara V	-	27.865	595	16.712	269	45.441

	31/12/2010	31/12/2011				
	<u>Saldo inicial dos investimentos</u>	<u>Aumento/ (reduções) de capital</u>	<u>Capitalização de juros</u>	<u>Reestruturação societária</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo final dos investimentos</u>
Santa Clara VI	-	8.711	470	16.617	121	25.919
Santa Cruz	4.932	1.287	-	-	12	6.231
Santa Mônica	-	11.101	-	-	301	11.402
Santa Úrsula	-	11.101	-	-	302	11.403
São Benedito	-	11.101	-	-	280	11.381
São Domingos	-	11.098	-	-	296	11.394
Tombo	(61)	1.110	-	-	(21)	1.028
Turbina 14	-	4	-	-	(4)	-
Turbina 15	-	3	-	-	(3)	-
Ventos de Santo Dimas	-	11.101	-	-	234	11.335
Ventos de São Martinho	-	11.101	-	-	271	11.372
Total do investimento	<u>359.083</u>	<u>730.913</u>	<u>6.861</u>	<u>817.619</u>	<u>126.545</u>	<u>2.041.021</u>

O valor de investimento contemplado no ajuste a valor de mercado dos empreendimentos controlados pela CPFL Renováveis foi de R\$696.199, conforme nota explicativa nº 1.1 e a amortização no exercício foi de R\$14.695, restando o saldo de R\$681.504 em investimentos. O valor é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações.

Direito de autorização

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía saldo de direito de autorização das seguintes SPEs:

No ano de 2010:

<u>Controladas diretas</u>	<u>Controladora</u>					
	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2010</u>
SPE Alto Irani	63.364	-	-	-	(2.876)	60.488
SPE Boa Vista 1	5.004	-	-	-	-	5.004
SPE Boa Vista 2	18.569	-	-	-	-	18.569
SPE Macacos	6.586	8.288	-	(11.718)	-	3.156
SPE Baixa Verde	-	-	-	982	-	982
SPE Navegantes	-	-	-	982	-	982
SPE Cajueiro	-	-	-	982	-	982
SPE Juremas	-	-	-	2.456	-	2.456
SPE Costa Branca	-	-	-	3.158	-	3.158
SPE Pedra Preta	-	-	-	3.158	-	3.158
SPE Paraitinga	606	-	(606)	-	-	-
SPE Penedo	9.174	-	-	-	-	9.174
SPE Plano Alto	49.938	-	-	-	(2.278)	47.660
SPE Touros	<u>7.411</u>	<u>-</u>	<u>(606)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.411</u>
	<u>160.653</u>	<u>8.288</u>	<u>(606)</u>	<u>-</u>	<u>(5.154)</u>	<u>163.180</u>

No ano de 2011:

		Controladora				
	31/12/2010	Reestruturação Societária CPFL	Adições	Transferência	Amortização	31/12/2011
Alto Irani	60.488	-	-	(60.488)	-	-
Boa Vista 1	5.004	-	-	(5.004)	-	-
Boa Vista 2	18.569	-	-	(18.569)	-	-
Macacos	3.156	-	-	(3.156)	-	-
Baixa Verde	982	-	-	(982)	-	-
Navegantes	982	-	-	(982)	-	-
Cajueiro	982	-	-	(982)	-	-
Juremas	2.456	-	-	(2.456)	-	-
Costa Branca	3.158	-	-	(3.158)	-	-
Pedra Preta	3.158	-	-	(3.158)	-	-
Paraitinga	-	-	-	-	-	-
Penedo	9.174	-	-	(9.174)	-	-
Plano Alto	47.660	-	-	(47.660)	-	-
Gameleiras	7.411	-	-	(7.411)	-	-
Santa Clara I	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara II	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara III	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara IV	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara V	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara VI	-	5.077	-	-	-	5.077
Eurus VI	-	1.273	-	-	-	1.273
Campos dos Ventos II	-	5.578	-	-	-	5.578
Campos dos Ventos I, III, IV, V e EURUS						
V	-	-	18.208	-	-	18.208
São Benedito	-	-	5.963	-	-	5.963
São Domingos	-	-	5.963	-	-	5.963
Santa Mônica	-	-	5.963	-	-	5.963
Santa Úrsula	-	-	5.963	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	-	-	5.963	-	-	5.963
Ventos de Santo Dimas	-	-	5.963	-	-	5.963
	<u>163.180</u>	<u>37.313</u>	<u>53.986</u>	<u>(163.180)</u>	<u>-</u>	<u>91.299</u>

- a) O valor alocado como direito de autorização refere-se à diferença entre o valor justo dos ativos e passivos das controladas adquiridas e o custo de aquisição. O valor é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações.
- b) Em conexão com a reestruturação societária mencionada na nota explicativa nº 1.1, o montante de R\$163.180 foi transferido na controladora para rubrica “intangível”. No consolidado esse valor é parte integrante do valor justo avaliado e registrado em cada empreendimento integrante dos ativos da antiga ERSA.
- c) A Companhia efetuou a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa no ano 2011 e não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

12. IMOBILIZADO

<u>Controladora</u>	<u>Taxa (i)</u>	31/12/2011			<u>31/12/2010</u>
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	
Móveis e utensílios	10	1.115	(264)	851	639
Máquinas e equipamentos	10	2.238	(780)	1.458	13
Sistemas aplicativos	20	-	-	-	865
Equipamentos processamento de dados	20	-	-	-	526
Edificações, obras civis e benfeitorias	10	4.089	(521)	3.568	873
Terrenos	-	-	-	-	51
Imobilizado em curso	-	6	-	6	309
Veículos	25	<u>494</u>	<u>(19)</u>	<u>475</u>	-
Total controladora		<u>7.942</u>	<u>(1.584)</u>	<u>6.358</u>	<u>3.276</u>
<u>Consolidado</u>	<u>Taxa (i)</u>	31/12/2011			
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3 a 4	1.106.545	(109.232)	997.313	
Reservatórios e barragens	3 a 4	194.351	(132.006)	62.345	
Máquinas e equipamentos	3 a 4	1.232.106	(218.761)	1.013.345	
Móveis e utensílios	10	4.734	(1.349)	3.385	
Veículos	25	1.106	(207)	896	
Terrenos	-	97.310	-	97.310	
Imobilizado em curso	-	<u>943.861</u>	<u>-</u>	<u>943.861</u>	
Total consolidado		<u>3.580.012</u>	<u>(461.555)</u>	<u>3.118.457</u>	
Controladora					
<u>Custo</u>		<u>31/12/2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>
Móveis e utensílios		844	272	-	-
Máquinas e equipamentos		1.850	80	-	308
Reservatórios, barragens e adutoras		-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.360	315	(95)	2.507
Terrenos		51	2.205	-	(2.256)
Imobilizado em curso		309	256	-	(559)
Veículos		-	<u>494</u>	<u>-</u>	<u>494</u>
Total controlada		<u>4.414</u>	<u>3.622</u>	<u>(95)</u>	<u>7.942</u>

Depreciação acumulada

	Controladora				31/12/2011
	31/12/2010	Adição	Baixa	Transferência	
Móveis e utensílios	(205)	(59)	-	-	(264)
Máquinas e equipamentos	(446)	(334)	-	-	(780)
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	(487)	(34)	-	-	(521)
Terrenos	-	-	-	-	-
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-
Veículos	-	(19)	-	-	(19)
Total controlada	(1.138)	(446)	-	-	(1.584)
Total immobilizado	3.276	3.176	(95)	-	6.358

Custos

	Consolidado								31/12/2011
	Reestruturação Societária I	Reestruturação Societária II	Aquisição Santa Luzia	Aquisição Jantus	Adição	Baixa	Transferência		
Móveis e utensílios	1.499	980	76	233	365	(49)	1.630	4.734	
Máquinas e equipamentos	311.286	306.914	88.288	542.187	6.078	-	(22.646)	1.232.106	
Reservatórios, barragens e adutoras	194.335	-	-	-	-	-	-	16	194.351
Edificações, obras civis e benfeitorias	68.835	616.087	126.292	286.935	18.777	-	(10.381)	1.106.545	
Terrenos	5.263	25.538	26.599	5.043	2.135	-	32.732	97.310	
Imobilizado em curso	460.766	38.563	-	2.603	426.757	(126)	15.298	943.861	
Veículos	226	165	-	-	711	-	1	1.103	
Total consolidado	1.042.210	988.247	241.255	837.001	454.823	(175)	16.649	3.580.010	

Depreciação acumulada

	Consolidado								31/12/2011
	Reestruturação Societária I	Reestruturação Societária II	Aquisição Santa Luzia	Aquisição Jantus	Adição	Baixa	Transferência		
Móveis e utensílios	(448)	(229)	(4)	(107)	(562)	-	-	-	(1.349)
Máquinas e equipamentos	(111.159)	(21.630)	(1.302)	(82.048)	(2.622)	-	-	-	(218.761)
Reservatórios, barragens e adutoras	(130.846)	-	-	-	(1.160)	-	-	-	(132.006)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(39.346)	(9.943)	(2.642)	(43.093)	(14.209)	-	-	-	(109.232)
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	(153)	(1)	-	-	(54)	-	-	-	(207)
Total consolidado	(281.952)	(31.803)	(3.948)	(125.247)	(18.606)	-	-	-	(461.555)
Total immobilizado	760.259	956.444	237.307	711.754	436.217	(175)	16.649	3.118.455	

No ano 2011, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

<u>Imobilizado em curso</u>	<u>Custo</u>
Boa Vista I	282
Boa Vista II	1.241
Cachoeira Grande	3.326
Penedo	985
Salto Goes	61.282
Santa Cruz	3.482
Macacos	10.245
Tombo	1.033
Gameleiras	545
Figueira Branca	97
Pedra Preta	11.361
Costa Branca	13.321
Jurema	7.432
Cajueiro	89
Navegantes	154
Baixa verde	91
Costa das Dunas	281
Farol de Touros	177
Bio Coopcana	3.494
Bio Alvorada	3.369
Eurus VI	4.856
Santa Clara I	117.751
Santa Clara II	36.308
Santa Clara III	56.382
Santa Clara IV	29.867
Santa Clara V	24.628
Santa Clara VI	21.072
Bio Formosa	126.966
Bio Buriti	131.509
Bio Ipê	23.939
Bio Pedra	165.092
Campos dos Ventos II	10.856
Campos dos Ventos I, III, IV, V, Eurus V	22.307
Outros Projetos	<u>50.041</u>
Total	<u>943.861</u>

- (a) Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30 de junho de 2011.
- (b) Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

- (c) No final do prazo da autorização, os ativos das empresas de energia eólica podem ser vendidos a terceiros. No caso das PCHs, no final do prazo de autorização são devolvidos ao poder público.
- (d) A contribuição de capital com determinados ativos de geração das empresas integrantes do Grupo CPFL, realizada na data-base 30 de junho de 2011, na atual CPFL Renováveis, incluiu saldo de R\$56.973, líquido de amortização acumulada até aquela data, referente ao custo atribuído dos bens do imobilizado (“deemed cost”) registrado no processo de convergência das novas normas contábeis brasileiras. Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído, enquanto outros ativos de empreendimentos recentemente construídos foram mantidos ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estavam próximos dos respectivos valores de mercado. Parte desses ativos imobilizados foi avaliada ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente, especializada em avaliação patrimonial. O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica “Reserva especial - ajuste de avaliação patrimonial”. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta rubrica era de R\$55.888.
- (e) A Companhia efetuou a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa no ano 2011 e não identificou a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável a ser alocada às unidades geradoras de caixa.
- (f) Em 31 de dezembro de 2011, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$18.299 (consolidado), classificada no grupo “Custos de geração de energia”.

13. INTANGÍVEL

A composição do intangível é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	31/12/2011			
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direito de autorização	1.723.846	(4.077)	1.719.769	-	2.318.580	(18.773)	2.299.807
Outros intangíveis	<u>6.245</u>	<u>(2.280)</u>	<u>3.964</u>	<u>-</u>	<u>31.680</u>	<u>(1)</u>	<u>31.679</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>1.730.091</u>	<u>(6.357)</u>	<u>1.723.734</u>	<u>-</u>	<u>2.350.260</u>	<u>(18.774)</u>	<u>2.331.486</u>

Por empreendimento:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2011	31/12/2010	Liquido	31/12/2011	Amortização	Liquido	
	Custo	Amortização	Liquido	Custo	Amortização	Liquido	
Alto Irani	110.788	-	110.788	-	167.861	(3.304)	164.557
Baixa Verde	1.527	-	1.527	-	2.436	-	2.436
Boa Vista II	48.873	-	48.873	-	74.049	-	74.049
Cachoeira Grande	1.752	-	1.752	-	2.654	-	2.654
Cajueiro	3.309	-	3.309	-	5.278	-	5.278
Campos dos Ventos I, III, IV, V e EURUS V	-	-	-	-	16.133	-	16.133
Campos dos Ventos II	-	-	-	-	5.576	-	5.576
Costa Branca	32.658	-	32.658	-	49.482	-	49.482
Costas das Dunas	3.484	-	3.484	-	5.278	-	5.278
Eurus VI	-	-	-	-	1.273	-	1.273
Farol de Toulos	2.412	-	2.412	-	4.060	-	4.060
Figueira Branca	1.608	-	1.608	-	2.436	-	2.436
Gameleira	2.144	-	2.144	-	3.248	-	3.248
Jantus SL	1.027.647	(4.077)	1.023.570	-	1.027.647	(4.077)	1.023.570
Juremas	26.896	-	26.896	-	40.751	-	40.751
Macacos	35.233	-	35.233	-	53.384	-	53.384
PCH Holding	227.148	-	227.148	-	402.071	(8.896)	393.175
PCH Holding 2	-	-	-	-	88.167	-	88.167
Pedra Preta	35.237	-	35.237	-	53.390	-	53.390
Penedo	24.210	-	24.210	-	36.682	-	36.682
Plano Alto	83.984	-	83.984	-	127.249	(2.496)	124.753
Salto Goes	36.591	-	36.591	-	55.442	-	55.442
Santa Clara I	-	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Clara II	-	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Clara III	-	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Clara IV	-	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Clara V	-	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Clara VI	-	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Cruz	850	-	850	-	1.288	-	1.288
Santa Mônica	-	-	-	-	5.963	-	5.963
Santa Ursula	-	-	-	-	5.963	-	5.963
São Benedito	-	-	-	-	5.963	-	5.963
São Domingos	-	-	-	-	5.963	-	5.963
Tombo	17.493	-	17.493	-	26.505	-	26.505
Ventos de Santo Dimas	-	-	-	-	5.963	-	5.963
Ventos de São Martinho	-	-	-	-	5.963	-	5.963
Direito de autorização	1.723.847	(4.077)	1.719.769	-	2.318.580	(18.773)	2.299.807
Outros intangíveis	6.245	(2.280)	3.964	-	31.680	(1)	31.679
Saldo em 31 de dezembro 2011	<u>1.730.091</u>	<u>(6.357)</u>	<u>1.723.734</u>	=	<u>2.350.260</u>	<u>(18.774)</u>	<u>2.331.486</u>

A movimentação do saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2011	31/12/2010	Liquido	31/12/2011	Amortização	Liquido	
	Custo	Amortização	Liquido	Custo	Amortização	Liquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-	
Reestruturação societária I (a)	-	-	-	32.902	(360)	32.542	
Adições de outros intangíveis	-	-	-	12.059	-	12.059	
Reestruturação societária II (b)	<u>696.199</u>	<u>-</u>	<u>696.199</u>	<u>1.144.373</u>	<u>-</u>	<u>1.144.373</u>	
Saldo em 31 de julho de 2011	<u>696.199</u>	<u>-</u>	<u>696.199</u>	<u>1.189.334</u>	<u>(360)</u>	<u>1.188.974</u>	
Adições Jantus	-	-	-	4.306	-	4.306	
Adições (c)	1.033.892	(6.357)	1.027.534	-	1.173.269	(18.414)	1.154.856
Transferência	-	-	-	-	(16.649)	-	(16.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>1.730.091</u>	<u>(6.357)</u>	<u>1.723.734</u>	=	<u>2.350.260</u>	<u>(18.774)</u>	<u>2.331.486</u>

- (a) Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30 de junho de 2011.
- (b) Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a antiga ERSA, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

Direitos de exploração - autorização

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011			31/12/2011		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Alto Irani	110.788	-	110.788	167.861	(3.304)	164.557
Baixa Verde	1.527	-	1.527	2.436	-	2.436
Boa Vista II	48.873	-	48.873	74.049	-	74.049
Cachoeira Grande	1.752	-	1.752	2.654	-	2.654
Cajueiro	3.309	-	3.309	5.278	-	5.278
Campos dos Ventos I, III, IV, V e EURUS V	-	-	-	16.133	-	16.133
Campos dos Ventos II	-	-	-	5.576	-	5.576
Costa Branca	32.658	-	32.658	49.482	-	49.482
Costas das Dunas	3.484	-	3.484	5.278	-	5.278
Eurus VI	-	-	-	1.273	-	1.273
Farol de Touros	2.412	-	2.412	4.060	-	4.060
Figueira Branca	1.608	-	1.608	2.436	-	2.436
Gameleira	2.144	-	2.144	3.248	-	3.248
Jantus SL	1.027.647	(4.077)	1.023.570	1.027.647	(4.077)	1.023.570
Juremas	26.896	-	26.896	40.751	-	40.751
Macacos	35.233	-	35.233	53.384	-	53.384
PCH Holding	227.148	-	227.148	402.071	(8.896)	393.175
PCH Holding 2	-	-	-	88.167	-	88.167
Pedra Preta	35.237	-	35.237	53.390	-	53.390
Penedo	24.210	-	24.210	36.682	-	36.682
Plano Alto	83.984	-	83.984	127.249	(2.496)	124.753
Salto Goes	36.591	-	36.591	55.442	-	55.442
Santa Clara I	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Clara II	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Clara III	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Clara IV	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Clara V	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Clara VI	-	-	-	5.077	-	5.077
Santa Cruz	850	-	850	1.288	-	1.288
Santa Mônica	-	-	-	5.963	-	5.963
Santa Ursula	-	-	-	5.963	-	5.963
São Benedito	-	-	-	5.963	-	5.963
São Domingos	-	-	-	5.963	-	5.963
Tombo	17.493	-	17.493	26.505	-	26.505
Ventos de Santo Dimas	-	-	-	5.963	-	5.963
Ventos de São Martinho	-	-	-	5.963	-	5.963
Direito de autorização	<u>1.723.844</u>	<u>(4.077)</u>	<u>1.719.769</u>	<u>2.318.580</u>	<u>(18.773)</u>	<u>2.299.807</u>
Outros intangíveis	<u>4.260</u>	<u>(293)</u>	<u>3.967</u>	<u>35.373</u>	<u>(3.694)</u>	<u>31.679</u>
Saldo em 31 de dezembro 2011	<u>1.728.104</u>	<u>(4.370)</u>	<u>1.723.734</u>	<u>2.353.953</u>	<u>(22.467)</u>	<u>2.331.486</u>

No ano 2011, a Companhia possuía saldo de direito de autorização e outros intangíveis das seguintes SPEs:

- No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi registrada despesa de amortização do direito de autorização no valor de R\$18.773, classificada no grupo “Despesas operacionais”.
- Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do ativo intangível inclui a mais-valia dos ativos líquidos da antiga ERSA, Jantus e Santa Luzia, no montante de R\$2.662.916, decorrente da reestruturação societária e aquisições mencionadas nas notas explicativas nº 1.1 a nº 1.5.

- c) O saldo é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações.
- d) A Companhia efetuou a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa no ano 2011 e não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” em 31 de dezembro de 2011 está apresentado a seguir:

<u>Agente financiador</u>	Controladora				
	31/12/2011				
	Circulante		Total	Não circulante	
<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Circulante</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
BNDES	<u>5.875</u>	<u>25.851</u>	<u>31.726</u>	<u>582.103</u>	<u>613.829</u>
	<u>5.875</u>	<u>25.851</u>	<u>31.726</u>	<u>582.103</u>	<u>613.829</u>
<u>Agente financiador</u>	Consolidado				
	31/12/2011				
	Circulante		Total	Não circulante	
<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Circulante</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
BNDES (a), (b), (c) e (e)	7.515	78.808	86.323	1.161.736	1.248.059
SAFRA (d)	698	22.000	22.698	52.250	74.948
FNE - Banco do Nordeste do Brasil (f)	230	9.160	9.390	142.322	151.712
Capital de giro	<u>-</u>	<u>424</u>	<u>424</u>	<u>-</u>	<u>424</u>
	<u>8.443</u>	<u>110.392</u>	<u>118.835</u>	<u>1.356.308</u>	<u>1.475.143</u>

- a) Em 2008, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor total de até R\$471.484 a serem utilizados nos empreendimentos de dez PCHs, indiretamente controladas, originárias da ERSA, com encargos baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 1,95% ao ano. Em virtude da postergação da construção da SPE Aiuruoca foi pedido o cancelamento parcial do financiamento. Assim, a contratação dessas operações de financiamento totalizou o montante de R\$404.105 (valor original).

A SPE Cocais Grande iniciou a amortização do principal em outubro de 2009; a SPE Paiol iniciou a amortização em novembro de 2010; a SPE Arvoredo iniciou a amortização em dezembro de 2010; a SPE São Gonçalo iniciou a amortização em janeiro de 2011 e as SPEs Ninho da Águia, Varginha e Corrente Grande tiveram inicio da amortização em setembro de 2011. Nas demais SPEs a amortização teve seu início em julho de 2011. O prazo de amortização para todos os contratos é de 168 meses. Os contratos possuem uma carência de seis meses a partir da entrada em operação de cada empreendimento.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- A PCH Holding S.A., controlada direta da Companhia, é devedora solidária.
- Até a conclusão físico-financeira, a Companhia é devedora solidária e constituiu fianças bancárias de 50% do valor da dívida.
- Penhor das ações das SPEs detidas pela PCH Holding S.A.
- Penhor das ações da PCH Holding S.A. detidas pela Companhia.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
- Seguro garantia dos principais fornecedores.

A Companhia atendeu todos os “covenants” em 31 de dezembro de 2011.

- b) Em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$574.098, na modalidade FINEM, que serão destinados para as controladas indiretas Santa Clara I a VI e Eurus VI. Em 2011, foi liberado o montante de R\$283.351. O saldo remanescente, de R\$290.747, deve ser liberado até abril de 2013. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011.
- c) Também em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$398.547, que serão destinados às controladas indiretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Em 2011, foi liberado o montante de R\$304.543 e o saldo remanescente de R\$94.004 está previsto para ser liberado até junho de 2012. Os juros serão pagos mensalmente com a amortização, que será efetuada a partir de janeiro de 2012, com exceção da CPFL Bio Pedra, que será a partir de junho de 2012. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos nos itens (b) e (c) anteriores são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de equipamentos.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Penhor de cotas (em alguns casos).
- A Companhia atendeu todos os covenants em 31 de dezembro de 2011

d) Operação com o Banco Safra S.A. nas controladas Plano Alto e Alto Irani:

Em julho de 2009, foi realizada operação com o Banco Safra S.A., com o objetivo de liquidar antecipadamente a totalidade das dívidas das SPEs Alto Irani e Plano Alto com o BNDES e a “International Finance Corporation - IFC”, mediante repasses do Banco Sudameris S.A. e do Banco Santander S.A. Na oportunidade, a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto realizaram operação de aumento de capital, na qual o Banco Safra S.A. subscreveu 923.077 ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e 796.663 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto (operação de troca de dívida).

Dessa forma, o Banco Safra S.A. integralizou R\$63.000 na SPE Alto Irani e R\$42.789 na SPE Plano Alto, parte em créditos contra as SPEs e parte em dinheiro.

Adicionalmente, nessa mesma transação o Banco Safra S.A. adquiriu da Companhia 78.407 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto por R\$4.211.

As ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de dezembro de 2010 até dezembro de 2014.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,4% ao ano (encargo financeiro efetivo).

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos pelo período de um ano, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção necessária para que as preferenciais convertidas representem 50% mais uma ação da SPE inadimplente.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco Safra S.A., tendo como intervenientes as SPEs Alto Irani e Plano Alto.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs Plano Alto e Alto Irani, a qual foi cumprida até 31 de dezembro de 2011.

e) Empréstimos oriundos da Santa Luzia:

Em 2009, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor de R\$91.350 e de R\$32.372, com encargos baseados na TJLP, mais 2,8% e 3,4% ao ano, respectivamente, utilizados na realização do projeto de construção de PCH, com capacidade de 28,5 MW, nos Municípios de São Domingos e Ipuacu, no Estado de Santa Catarina. Os valores liberados foram 100% desembolsados. Em 20 de julho de 2011, a carência foi prorrogada de junho de 2011 para dezembro de 2011; sendo assim, a primeira amortização ocorrerá em 15 de janeiro de 2012. O prazo de amortização será de 143 meses.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de 100% de receita de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica.
- Penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL, conforme Resolução ANEEL nº 696 de 17 de dezembro de 2002.
- Alienação fiduciária dos bens adquiridos com o financiamento.
- Os acionistas constituíram penhor sobre a totalidade das ações, de sua titularidade, representativas nesta data a 100% do capital social da PCH Santa Luzia.
- Comparecem como garantidores a PCH Holding 2 S.A. e a CPFL Renováveis, na condição de responsáveis pelo cumprimento integral das obrigações decorrentes do referido contrato e também nas hipóteses de vencimento antecipado da dívida.
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas (“covenants”), determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, os quais podem ou não acarretar vencimento antecipado dos títulos, quais sejam, resumidamente:

- Retardamento ou paralisação de obras.
- Inexecução das obras no prazo contratual.
- Aplicação dos recursos com finalidade diversa da prevista.
- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivos que limitem, restrinjam o controle das empresas pelos respectivos controladores, relacionados à capacidade de crescimento, ao desenvolvimento tecnológico ou ao prejuízo da capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação.
- Extinção, término ou revogação da autorização da ANEEL para exploração da PCH Santa Luzia.

A SPE Santa Luzia cumpre regularmente todas as cláusulas contratuais. Para a transferência do controle da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4, foi obtida anuência do BNDES e do Banco do Brasil, resultando na não antecipação do vencimento da dívida.

f) Empréstimos oriundos da Jantus:

Em 2008, as controladas da Jantus assinaram acordos de empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.

Antes da liberação desses recursos, as controladas da Jantus incorreram em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizados pelos prazos dos contratos

As principais garantias dessas dívidas são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das controladas no valor de R\$56.66 garantidos ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB.
- Cessão e vinculação de receitas do contrato de compra e venda de energia assinados entre as controladas da SIIF Energies do Brasil Ltda. e a Eletrobrás.
- Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- Ações das controladas de propriedade da Jantus.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R\$15.759 (nota explicativa nº 6).
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está representada como segue:

Controladora						
<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>					
<u>Saldo final</u>	<u>Liberações</u>	<u>Reestruturação societária</u>	<u>Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Pagamento juros</u>	<u>Saldo final</u>
-	300.688	303.322	11.719	(1.537)	(363)	613.829
=	<u>300.688</u>	<u>303.322</u>	<u>11.719</u>	<u>(1.537)</u>	<u>(363)</u>	<u>613.829</u>

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro 2010	-
Reestruturação societária I (a)	378.087
Novas captações	11.094
Pagamento de principal	(820)
Pagamento de juros	(449)
Encargos financeiros apropriados no resultado	1.488
Reestruturação societária II (b)	<u>521.134</u>
Saldo em 31 de julho 2011	<u>910.534</u>
Aquisição Jantus	129.080
Aquisição Santa Luzia	136.003
Novas captações	327.214
Pagamento de principal	(44.310)
Pagamento de juros	(13.335)
Encargos financeiros apropriados no resultado	23.096
Encargos financeiros capitalizados no imobilizado	<u>6.861</u>
Saldo em 31 de dezembro 2011	<u>1.475.143</u>

- (a) Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30 de junho de 2011.
- (b) Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a antiga ERSA, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

O cronograma de previsão de pagamento dos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2012	118.835
2013	132.219
2014	138.609
2015	108.300
2016	108.155
2017	108.155
2018 a 2022	487.304
2023 a 2027	244.175
2028 a 2029	<u>29.391</u>
Total	<u>1.475.143</u>

15. DEBÊNTURES

	31/12/2011					
	Reestruturação societária	Juros	Custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo final
<u>Liberações</u>	<u>517.648</u>	<u>3.187</u>	<u>(4.025)</u>			<u>516.810</u>
=				-	-	
=	<u>517.648</u>	<u>3.187</u>	<u>(4.025)</u>			<u>516.810</u>
	<u>Consolidado</u>					
	31/12/2011					
	Circulante		Total	Não circulante		
Agente financiador	Encargos	Principal	Circulante	Principal		Total
Debêntures conversíveis FDNE						
- SUDENE	4.214	27.890	32.104	501.780	533.884	
(-) Custos de captação	<u>—</u>	<u>(1.535)</u>	<u>(1.535)</u>	<u>(15.539)</u>	<u>(17.074)</u>	
	<u>4.214</u>	<u>26.355</u>	<u>30.569</u>	<u>486.241</u>	<u>516.810</u>	
<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>					
2012						30.569
2013						30.779
2014						30.779
2015						30.779
2016						30.779
2017						30.779
2018 a 2022						151.918
2023 a 2027						151.918
2028 a 2029						<u>28.510</u>
Total						<u>516.810</u>

As SPEs Eólica Paracuru, Eólica Icaraiinho, SIIF Cinco e Eólica Formosa emitiram debêntures conversíveis com vencimento em 2028. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes à TJLP, acrescidos de uma sobretaxa efetiva de 1,00% ao ano, pagos semestralmente. Antes da liberação dos recursos, as SPEs incorreram em despesas de estruturação financeira de R\$7.320, que foram consideradas como custos de captação contabilizadas como redutora no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

As debêntures serão pagas em 39 parcelas semestrais e consecutivas, cujo início ocorreu em 2009 e o término será em 2028.

As principais garantias das debêntures são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos no valor de R\$129.510 à SUDENE.
- Cessão e vinculação de receitas dos contratos de compra e de venda de energia assinados pela Eletrobrás com as controladas.

- Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- As ações das controladas de propriedade da SIIF Energies do Brasil Ltda.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R\$20.299 (nota explicativa nº 6).

Processo de conversão

Em cada vencimento semestral, os debenturistas podem converter 50% das debêntures devidas naquela data em ações ordinárias das controladas, mantendo o controle das controladas pelo setor privado, com base no menor valor entre: (a) cotação média das ações dos últimos 30 dias negociadas em bolsa de valores nacionais; ou (b) valor patrimonial ajustado com base no balanço do último exercício social. Adicionalmente, as controladas da Jantus deverão obter, no prazo de 90 dias, a partir da data de comunicação da intenção de conversão feita pela SUDENE, o registro de companhia aberta na CVM.

O direito dos debenturistas de converter as debêntures em ações estará sujeito às seguintes condições: anúncio da intenção de converter para a Emissora, com pelo menos 120 dias de antecedência da data do pagamento do cronograma de amortização, que será objeto de conversão e se as controladas não efetuarem o pagamento antecipado pelo menos 5 dias úteis antes do vencimento da parcela.

As controladas da Jantus são obrigadas a cumprir determinadas cláusulas contratuais que incluem, entre outras, as seguintes:

- Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir novas debêntures nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da SUDENE e do BNB, excetuando-se os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária das controladas, ou com finalidade de reposição ou substituição de material.
- Poderão remunerar os seus acionistas, semestralmente, desde que não estejam inadimplentes com as suas obrigações oriundas dos contratos de empréstimos.
- Obrigam-se a submeter previamente à SUDENE quaisquer propostas de mudanças no seu quadro societário, que ficam subordinadas à prévia aprovação da SUDENE, com a anuência do BNB.

Em 31 de dezembro de 2011, as controladas da Jantus estavam em conformidade com todas as cláusulas contratuais no âmbito dos acordos de financiamento e debêntures.

Conforme análise da Administração, as debêntures conversíveis em ações não representam instrumentos financeiros de patrimônio e, portanto, não foram avaliadas a valor justo por meio do resultado. O entendimento da Administração é que as cláusulas do contrato desta operação, na sua essência, representam cláusulas de proteção à SUDENE.

16. CONTAS A PAGAR - PROJETOS

Na controladora, o saldo desta conta inclui R\$5.378 referentes à compra dos projetos de geração eólica, São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula, Ventos de São Martinho e Ventos de Santo Dimas, todos localizados no Estado do Ceará, e Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos III, Campos dos Ventos IV, Campos dos Ventos V e Eurus VI, todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e o será corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA). Adicionalmente foi provisionado o valor de R\$16.316 referente ao pagamento complementar aos antigos acionistas da Jantus, que será efetivado no primeiro trimestre de 2012, totalizando R\$21.694 nessa rubrica.

No consolidado o saldo inclui R\$21.694 acima descrito, e ainda o valor de R\$152.442 (totalizando R\$171.136 nessa rubrica) referente à compra da PCH Santa Luzia, em operação desde julho de 2011, localizada no Estado de Santa Catarina, totalizando capacidade instalada de 28,5 MW. O valor de R\$151.534 foi pago em janeiro e o ajuste de preço complementar no valor estimado de R\$908 será liquidado em fevereiro de 2012.

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo desta conta inclui o montante de R\$48.447 relativo ao faturamento antecipado efetuado pelas controladas da Jantus à Eletrobrás sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia.

Adicionalmente, inclui o valor de R\$13.846 relativo ao faturamento antecipado efetuado pela SPE Bioformosa à Baldin-Energia, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia.

Também ocorreu o recebimento de R\$5.760 na SPE Paiol referente à antecipação pela construção da linha de transmissão desta PCH, totalizando o valor de R\$68.053 na rubrica de adiantamento de clientes.

18. PROVISÕES PARA CUSTOS SÓCIO-AMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO

18.1. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nela constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é registrada com base em orçamentos de gastos futuros elaborados pela Administração da Companhia, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de operação das usinas em operação.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo total da rubrica “Provisão para custos socioambientais” era de R\$3.844 no passivo circulante e R\$76.022 no passivo não circulante.

18.2. Provisões para desmobilização de ativos

A controladas indiretas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Em 31 de dezembro de 2011, além do valor acima descrito, o saldo total da rubrica “Provisão para desmobilização de ativos” era de R\$3.259, totalizando R\$83.125 na rubrica do balanço patrimonial “Provisão para custos socioambientais e desmobilização”.

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos trabalhistas, previdenciários, tributários, cíveis e ambientais.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

	Controladora				
	31/12/2010	Provisão	Reversão	31/12/2011	
Trabalhista		60	-	(60)	
Total		<u>60</u>	<u>-</u>	<u>(60)</u>	
Consolidado					
	Saldo em 31/12/10	Reestruturação societária I	Reestruturação societária II	Adição/ redução	Saldo em 31/12/11
Trabalhistas	-	-	259	101	360
Cíveis	-	-	-	571	571
Tributários	-	-	-	93	93
Passivo Contingente -					
Jantus (a)	-	-	-	<u>13.950</u>	<u>13.950</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>259</u>	<u>14.715</u>	<u>14.974</u>
Depósitos judiciais	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(24)</u>	<u>(24)</u>

- (a) A Companhia reconheceu na data da aquisição da Jantus, passivos contingentes avaliados ao seus valores justos na combinação de negócios, no montante de R\$13.950 decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

Riscos avaliados como possível:

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2011, as controladas eram parte em cinco ações, no montante de R\$35, ajuizadas por atingidos, direta ou indiretamente, em razão da implantação de PCHs.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2011, as controladas apresentam questionamentos tributários referentes:

- a) Ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS sobre os valores constantes do Contrato de Fornecimento de Bens e Serviços para implantação do Parque Eólico Santa Clara I a preço global, celebrado entre Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. e Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. O Município de Parazinho pleiteia a cobrança do ISS, tanto sobre os valores dos equipamentos, quanto sobre os valores de serviços, em razão do adiantamento pago pela Santa Clara I (R\$12.125), uma vez que o contrato não detalha exatamente os valores referentes a serviços e equipamentos.
- b) Em agosto de 2011, a controlada Eólica Paracuru foi autuada pela Prefeitura Municipal de Paracuru referente ao recolhimento de ISS incorridos durante a construção do parque eólico. A cidade de Paracuru está questionando impostos adicionais devidos de R\$2.500, incluindo multas e juros. Em outubro de 2010, a Eólica Paracuru pagou um auto de infração referente a ISS da mesma competência do auto de infração que está sob contestação.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital social de acordo com a legislação societária brasileira

O capital social subscrito e integralizado era de R\$2.675.731 em 31 de dezembro de 2011 (R\$874.695 em 31 de dezembro de 2010), representado por 2.061.370.145 (708.403.499 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

b) Composição acionária

A composição acionária, de acordo com a legislação societária brasileira, em 31 de dezembro de 2011 era de seguinte:

<u>Acionistas</u>	31/12/2011		31/12/2010	
	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>
CPFL Geração de Energia S.A.	731.564.653	35,49%	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	567.179.333	27,51%	-	-
Secor LLC	190.413.272	9,24%	197.951.768	27,94%
Pátria Energia Fundo de Invest. em Participações	165.362.205	8,02%	171.908.925	24,27%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	29.042.714	1,41%	-	-
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	157.196.439	7,63%	163.419.877	23,07%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	51.025.261	2,48%	53.045.360	7,49%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	102.872.952	4,99%	52.723.053	7,44%
GMR Empreendimentos Energéticos Ltda.	46.051.800	2,23%	47.875.000	6,76%
Outros (pessoas físicas)	<u>20.661.516</u>	<u>1,00%</u>	<u>21.479.516</u>	<u>3,03%</u>
	<u>2.061.370.145</u>	<u>100%</u>	<u>708.403.499</u>	<u>100%</u>

c) Reservas de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2011, foram deliberados os seguintes temas:

- 1) Conversão da totalidade das debêntures detidas pelo Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus em 54.222.660 ações ordinárias da Companhia, reduzindo o saldo de reserva de capital no valor de R\$56.378 e aumentando o capital social pelo mesmo valor.
- 2) Cancelamento da totalidade dos bônus de subscrição detidos por Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, que em contrapartida recebeu 29.042.714 ações de emissão da Companhia. O valor corresponde a R\$2.
- 3) A associação entre a antiga ERSA e a CPFL Energia resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. Na essência contábil, essa operação refletiu uma aquisição reversa e, portanto, os ativos líquidos da antiga ERSA foram avaliados a valor justo. O respectivo laudo de avaliação, preparado por especialistas, gerou o registro na atual CPFL Renováveis de um intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$533.756, em contrapartida à conta “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido. Esse valor será mantido na rubrica “Reserva de capital” até sua capitalização e capitalizado na proporção representativa do capital de cada acionista.

d) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou o montante de R\$1.037 a título de reserva legal.

e) Reserva de lucros - retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionados para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa. Em 31 de dezembro de 2011 foi constituída reserva no montante de R\$14.777.

f) Reserva de lucros a realizar

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia constituiu o montante de R\$4.925 referente à parcela do lucro não realizado no exercício.

g) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

h) Lucro por ação

Em conformidade com a IAS 33 equivalente ao pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	Controladora	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	68.118	(15.713)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>1.126.785.534</u>	<u>708.403.499</u>
Lucro básico por ação - R\$	0,06	(0,02)
Lucro diluído por ação - R\$	0,06	(0,02)

i) Reserva de lucros - conta de ajuste de avaliação patrimonial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973, foi registrado na conta “Reserva especial - ajuste de avaliação patrimonial”. O saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$55.888. Durante o exercício foi realizado o valor de R\$1.085 em contrapartida a conta de Lucros (prejuízos) acumulados.

j) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

Não houve apuração de lucro em 2010.

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício	68.118
(-) Compensação de prejuízos acumulados	(48.464)
(+) Realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial	<u>1.085</u>
Lucro líquido ajustado	20.739
(-) Reserva legal (baseada no lucro líquido ajustado)	<u>(1.037)</u>
Base de cálculo dos dividendos	19.702
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%, antes da constituição da reserva de lucros a realizar	4.925
Lucros a realizar	
Equivalência patrimonial	126.545
Lucro não realizado	126.545
Lucro realizado no exercício, correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios a pagar	<u>-</u>
Constituição da reserva de lucros a realizar	<u>4.925</u>

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2011</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2011</u>
Receita bruta de venda de energia		
Receita de venda de energia	8.624	-
Deduções da receita bruta		
ICMS	-	(1.710)
PIS/Cofins	(781)	-
Receita operacional líquida	<u>7.843</u>	<u>171.854</u>

Os contratos de venda de energia das SPEs da Companhia que se encontram em operação em 31 de dezembro de 2011 têm as seguintes características:

	<u>Tipo</u>	<u>Energia contratada (MWm)</u>	<u>Preço contratado (R\$/MWh) (*)</u>	<u>Índice de reajuste</u>
Alto Irani	Proinfa	13,5	182,1	IGPM
Americana	Distribuidora - Grupo CPFL	13,9	214,7	IGPM
Andorinhas	Mercado Livre	0,5	168,3	IGPM
Arvoredo	CCEAR	7,0	166,0	IPCA
Baia Formosa	CCEAR	11,0	186,7	IPCA
Baldin	Mercado Livre	9,7	164,3	IGPM
Barra da Paciência	Mercado Livre	13,1	168,1	IPCA
Buriti	Distribuidora - Grupo CPFL	0,4	214,7	IGPM
Bio Buritis	Mercado Livre	21,0	163,8	IPCA
Capão Preto	Distribuidora - Grupo CPFL	2,3	214,7	IGPM
Chibarro	Distribuidora - Grupo CPFL	1,7	214,7	IGPM
Cocais Grande	Proinfa	5,2	182,1	IGPM
Corrente Grande	Mercado Livre	7,9	168,1	IPCA
Diamante	Mercado Livre	1,8	156,3	IGPM
Dourados	Distribuidora - Grupo CPFL	7,1	214,7	IGPM
Eloy Chaves	Distribuidora - Grupo CPFL	13,5	214,7	IGPM
Esmeril	Distribuidora - Grupo CPFL	2,9	214,7	IGPM
Foz do Rio Choró	Proinfa	10,3	279,5	IGPM
Gavião Peixoto	Distribuidora - Grupo CPFL	3,9	214,7	IGPM
Guaporé	Mercado Livre	0,6	168,3	IGPM
Icaraizinho	Proinfa	26,2	276,1	IGPM
Bio Ipê	Mercado Livre	8,4	163,8	IPCA
Jaguari	Distribuidora - Grupo CPFL	5,7	214,7	IGPM
Lençóis	Distribuidora - Grupo CPFL	1,0	214,7	IGPM
Monjolinho	Distribuidora - Grupo CPFL	0,4	151,4	IGPM
Ninho da Águia	Mercado Livre	5,7	168,1	IPCA
Paiol	Mercado Livre	11,2	168,1	IPCA
Paracuru	Proinfa	12,5	276,1	IGPM
Pinhal	Distribuidora - Grupo CPFL	4,1	214,7	IGPM
Pirapó	Mercado Livre	0,6	168,3	IGPM
Plano Alto	Proinfa	10,2	182,1	IGPM
Praia Formosa	Proinfa	2,1	317,3	IGPM
Praia Formosa - A	Proinfa	1,7	317,0	IGPM
Praia Formosa - B	Proinfa	4,3	318,4	IGPM
Praia Formosa - C	Proinfa	24,6	313,2	IGPM
Saltinho	Mercado Livre	0,7	168,3	IGPM
Salto Grande	Distribuidora - Grupo CPFL	4,4	214,7	IGPM
Santa Luzia	CCEAR	14,0	166,0	IPCA
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	188,2	IGPM
Santana	Distribuidora - Grupo CPFL	4,5	214,7	IGPM
São Gonçalo	Mercado Livre	7,3	168,1	IPCA
São Joaquim	Distribuidora - Grupo CPFL	5,2	214,7	IGPM
Socorro	Distribuidora - Grupo CPFL	0,3	214,7	IGPM
Três Saltos	Distribuidora - Grupo CPFL	0,9	214,7	IGPM
Varginha	CCEAR	4,0	166,0	IPCA
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,3	168,1	IPCA

(*) Data de referência: 31/12/11

22. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>
Custo de compra de energia	(5.463)	-	(15.559)
Custo de operação das usinas	-	-	(7.185)
Depreciação e amortização	-	-	(18.299)
Total	<u>(5.463)</u>	<u>-</u>	<u>(41.043)</u>
Despesas com pessoal	(26.374)	(20.219)	(17.733)
Despesas de ocupação	(2.289)	(1.526)	(1.407)
Despesas com viagens e estadias	(1.687)	(623)	(1.430)
Despesas gerais	(4.035)	(1.474)	(4.957)
Serviços profissionais (a)	(26.307)	(9.915)	(25.605)
Impostos e taxas	(182)	(170)	280
Outros	<u>(4.023)</u>	<u>-</u>	<u>(8.181)</u>
Despesas gerais e administrativas	(64.897)	(33.927)	(59.033)
Remuneração dos administradores	<u>(6.045)</u>	<u>(3.692)</u>	<u>(6.045)</u>
Total	<u>(70.942)</u>	<u>(37.619)</u>	<u>(65.078)</u>

- (a) Do total de gastos de serviços profissionais em 2011, R\$26.307 na controladora, foi considerado como gasto não recorrente o montante de R\$22.409, relativo à assessoria estratégica, honorários advocatícios e gastos com a reestruturação societária e com as aquisições. Portanto, no exercício de 2011 os gastos recorrentes relativos a esta rubrica foram de R\$3.898.

23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas financeiras:			
Juros	-	254	120
Receita de aplicação financeira	24.135	26.633	53.646
Outros	<u>70</u>	<u>7</u>	<u>3.270</u>
Total	<u>24.205</u>	<u>26.894</u>	<u>57.036</u>
Despesas financeiras:			
Juros	(5)	-	2
Juros sobre empréstimos	(11.719)	-	(34.632)
Juros capitalizados no imobilizado	6.861	-	6.861
Fiança bancária/comissões e corretagens	(384)	-	(2.405)
IOF	(2.892)	-	(2.898)
Outros	<u>(11)</u>	<u>(54)</u>	<u>(1.726)</u>
Total	<u>(8.150)</u>	<u>(54)</u>	<u>(34.798)</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

24.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs Formosa e Icaraizinho, das controladas da Jantus, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e preparação foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios.

	Controladora	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	67.280	(15.713)	69.504
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de (débito) crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(22.875)	5.342	(23.631)
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	40.768
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):			
Exclusão - equivalência patrimonial	43.025	440	-
Amortização do ágio - indedutível	(2.161)	(1.752)	(6.383)
Outras adições permanentes	(7.376)	(8)	(6.463)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais para os quais não foi registrada ativo diferido	(9.775)	(4.022)	(2.858)
Receita de imposto de renda e contribuição social	<u>838</u>	<u>-</u>	<u>1.433</u>
Impostos - corrente	(548)	-	(5.700)
Impostos - diferidos	<u>1.386</u>	<u>-</u>	<u>7.133</u>
Impostos - líquido	<u>838</u>	<u>-</u>	<u>1.433</u>
Alíquota efetiva - %	<u>(1,25)</u>	<u>-</u>	<u>(2,06)</u>

24.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis e foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

a) Ativo

<u>Ativo</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2011</u>
IR e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	14.285
Baixa do ativo diferido nas controladas	7.162
Outras diferenças temporárias	107
Valor justo de ativo imobilizado	<u>54.973</u>
Total - ativo	<u>76.527</u>
 <u>Realização do imposto</u>	
	<u>2012</u> <u>2013</u> <u>2014</u> <u>2015</u> <u>2016</u> <u>Total</u>
	2.923 2.923 2.896 2.817 2.726 14.285

b) Passivo

<u>Passivo</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2011</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2011</u>
Mais valia decorrente da apuração do custo atribuído	-	32.153
Mais valia dos ativos recebidos da antiga ERSA	-	373.610
Intangível - direito de exploração/autorização - Jantus	348.014	348.014
Intangível - direito de exploração/autorização - Santa Luzia	29.977	
Outras diferenças temporárias	<u>-</u>	<u>14.220</u>
Total	<u>348.014</u>	<u>797.974</u>

24.3. Créditos fiscais

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	<u>Controladora</u> <u>R\$</u>
Prejuízos fiscais apurados até 2011	<u>60.349</u>
Base negativa de contribuição social	<u>60.349</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada na ausência de histórico de apuração de lucros tributários até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia aprovou no último trimestre de 2011, em Comitê Financeiro, a sua nova Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. Desde então, a exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, foi limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia aprovou no último trimestre de 2011, em Comitê Financeiro, a sua nova Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. Desde então, a exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, foi limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

25.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.1).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia classifica nesta categoria o seguinte ativo financeiro:

- Aplicação financeira vinculada (nota explicativa nº 6).

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14).
- Debêntures (nota explicativa nº 15)
- Fornecedores.
- Contas a pagar de projetos (nota explicativa nº 16)
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são os descritos a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Classificação</u>	31/12/2011		31/12/2010	
		<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo:					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	211.732	211.732	200.173	200.173
Aplicações financeiras vinculadas	Mantido até o vencimento	-	-	2.161	2.161
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	-	-	1.853	1.853
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	292	292	508	508
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	194.228	194.228	154.743	154.743

Na controladora:		31/12/2011		31/12/2010	
<u>Natureza</u>	<u>Classificação</u>	<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Passivo-					
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	613.829	613.829	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	1.761	1.761	144	144
Contas a pagar de projetos	Outros passivos financeiros	21.694	21.694	-	-
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	-	-	4.635	4.635
No consolidado:					
				31/12/2011	
<u>Natureza</u>	<u>Classificação</u>	<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>		
Ativo:					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	651.573	651.573		
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	1.853	1.853		
Aplicações financeiras vinculadas	Mantido até o vencimento	72.056	72.056		
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	74.432	74.432		
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	1.475.143	1.475.143		
Debêntures	Outros passivos financeiros	516.810	516.810		
Fornecedores	Outros passivos financeiros	57.495	57.495		
Contas a pagar de projetos	Outros passivos financeiros	174.136	174.136		

25.2. Considerações sobre riscos

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com o objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (a) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros variáveis de 31 de dezembro de 2011 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data-base 31 de dezembro de 2011 permaneçam estáveis (CDI em 10,87% ao ano e TJLP em 6% ao ano); (b) elevação dos índices atuais em 25%; e (c) elevação dos índices atuais em 50%.

O cenário “(a)” é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2011 seria a seguinte:

<u>Instrumentos</u>	<u>Juros a incorrer expostos a:</u>	<u>Exposição</u>	<u>Elevação/redução de índice</u>		<u>Elevação/redução de índice em 50%</u>
			<u>Cenário I</u>	<u>em 25%</u>	
Ativo financeiro:					
Aplicação	CDI				
CDB/debêntures		631.822	68.736	85.669	102.802
Aplicação fundos	CDI	72.056	7.974	9.968	11.961
Títulos e valores mobiliários	TR				
		1.853	22	28	34
Subtotal		<u>705.444</u>	<u>76.532</u>	<u>95.664</u>	<u>114.797</u>
Passivo financeiro:					
Empréstimos e financiamentos	TJLP + 1,60%	(1.400.195)	(87.085)	(104.273)	(121.461)
Empréstimos e financiamentos	CDI + 0,4%				
		(74.948)	(7.957)	(9.876)	(11.795)
Debêntures	TJLP + 1,60%	(516.810)	(30.598)	(34.221)	(40.260)
Subtotal		<u>(1.991.953)</u>	<u>(125.640)</u>	<u>(148.370)</u>	<u>(173.516)</u>
Variação		<u>(1.286.509)</u>	<u>(48.908)</u>	<u>(52.705)</u>	<u>(58.719)</u>

(*) A Companhia têm exposição líquida passiva, uma vez que tem mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

26. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>Limite máximo de indenização consolidado</u>	
		<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	1.690.443	739.135
Responsabilidade civil	Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	57.000	45.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	590	120
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	59.277	31.660
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	<u>153.912</u>	<u>38.309</u>
Total		<u>1.961.222</u>	<u>854.224</u>

O aumento da importância segurada em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 deve-se à inclusão da PCH Santa Luzia e das SPEs controladas pela Jantus.

27. COMPROMISSOS - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	<u>Ref.</u>	<u>Assinatura do contrato</u>	<u>Área (ha)</u>	<u>Prazo</u>	<u>Pagamento Ano - 2011</u>	<u>Índice reajuste</u>
SPE Gameleira	1	abr-09	463	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	143	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Farol de Touros	2	mai-09	433	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Costa das Dunas	2	mai-09	469	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Macacos	3	ago-08	88	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Pedra Preta	3	ago-08	145	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Costa Branca	3	ago-08	322	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Juremas	3	ago-08	217	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Cajueiro	3	ago-08	238	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Navegantes	3	mai-09	208	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Baixa Verde	3	ago-08	239	25 anos	25,4	IGP-M
Projeto EOL Viçosa	4	nov-08	1.199	30 anos	24,9	IPCA
Projeto EOL Parambu	5	jul-08	5.163	30 anos	13,0	IPCA
Projeto EOL Royalle	6	nov-10	701	25 anos	-	-
Projeto EOL Royalle Expansão	7	nov-10	3.000	25 anos	-	-
Projeto EOL Serra do Cabral	8	dez-10	3.365	35 anos	-	-
Projeto Pé de Serra	9	jul-11	2.974	35 anos	77,5	IPCA
Projeto Serra do Angelim	10	jul-11	2.663	35 anos	55,1	IPCA

	<u>Ref.</u>	<u>Assinatura do contrato</u>	<u>Área (ha)</u>	<u>Prazo</u>	<u>Pagamento Ano - 2011</u>	<u>Índice reajuste</u>
Projeto Tapuia	11	nov-11	1.166	35 anos	-	IPCA
Projeto Curral Velho	12	dez-08	1.178	28 anos	40,0	IGP-M
Projeto Pedra Cheirosa	12	mai-09	809	28 anos	20,0	IGP-M
Projeto Praia do Atalaia	13	mai-09	2.494	28 anos	420,0	IGP-M
Projeto Bitupitá	14	nov-08	597	28 anos	216,0	IGP-M
Pontal das Falésias	15	mai-09	571	25 anos	-	IGP-M
Eólica Formosa	16	out-01	1.094	28 anos	935,0	IGP-M
Eólica Icarazinho	16	mar-02	423	28 anos	872,0	IGP-M
Eólica Paracuru	16	dez-01	107	28 anos	424,0	IGP-M

Observações:

1. Pagará de R\$27.272,73 a R\$32.727,27 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual.
2. A partir da assinatura do contrato R\$36.500,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual.
3. A partir da assinatura do contrato R\$19.715,28 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,2% da receita bruta anual.
4. Na 1ª fase R\$1.500,00 mensais, na 2º fase R\$20,5 por hectare mensais, e depois da entrada em operação 1,2% da receita bruta mensal.
5. De mar/2011 até maio de 2011 R\$15.000,00 mensais, de junho de 2011 até a operação comercial R\$20,5 por hectare mensais, depois da entrada em operação 1,5% da receita bruta mensal.
6. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011. A partir da entrada em operação R\$4.500,00 por aerogerador instalado anual.
7. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011. A partir da entrada em operação 1,0% da receita bruta anual.
8. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011. A partir da entrada em operação R\$2.500,00 a R\$14.500,00 por aerogerador instalado anualmente em função do PPA e fator de capacidade.
9. Na 1ª e 2ª fase de R\$77,00 a 1.190,00 mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal.
10. Na 1ª e 2ª fase de R\$113,90 a 2.500,00 mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal.
11. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011. Na 1ª e 2ª fase R\$1.749,21 mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal.
12. A partir da entrada em operação R\$1.000,00 por aerogerador instalado mensal.
13. A partir da assinatura do contrato R\$35.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,7% da receita bruta mensal.

14. A partir da assinatura do contrato R\$18.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,67% da receita bruta mensal.
15. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011. A partir da entrada em operação 2,0% da receita bruta mensal.
16. A partir da entrada em operação comercial 1,5% da receita bruta.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>Controladora</u> 31.12.2011 R\$	<u>Consolidado</u> 31.12.2011 R\$
Contas a pagar de projetos	21.694	174.136
Juros capitalizados	6.861	6.861
Ativo indenizável - Jantus	-	13.950
Reestruturação societária I e II - Imobilizado	-	1.698.417
Reestruturação societária I e II - Intangível	-	1.614.509
Aquisição da PCH Santa Luzia - Imobilizado	-	237.307
Aquisição da PCH Santa Luzia - Intangível	-	29.977

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 29 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu 100% das ações da Santa Luzia Energética S.A., através do qual a Companhia realizou o pagamento no valor de R\$151.534 em 4 de janeiro de 2012 para deter 100% das ações da PST Energias Renováveis e Participações S.A., detentora da PCH Santa Luzia.

Para realizar a compra da PCH Santa Luzia, foi realizada a captação do valor de R\$158.942, em 3 de janeiro de 2012, através de debêntures emitidas nos termos da Instrução CVM nº 476./09 As debêntures terão prazo de vigência de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses contados da data de emissão, com vencimento para junho de 2023.

- b) Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 13 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações das empresas Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A. e Atlântica V Parque Eólico S.A. para deter 100% das ações da Cobra Instalaciones y Servicios S.A., detentora das quatro empresas que em conjunto possuem uma potência instalada de 120 MW e tiveram toda sua energia certificada comercializada no leilão de fontes alternativas - LFA de 26 de agosto de 2010. O contrato de compra e venda de ações está sujeito à aprovação da ANEEL e demais condições inerentes a esse tipo de negociação.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada em 6 de fevereiro de 2012.